

Monitorização do ITI Mar 2016

Monitorização Integrada da utilização dos Fundos Europeus
Estruturais e de Investimento no Mar

ÍNDICE

Sumário	17
Capítulo 1 - Enquadramento	23
Capítulo 2 - Quadro de Referência do ITI Mar.....	25
Capítulo 2.1- Alinhamento entre a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 e as Prioridades de Investimento do Portugal 2020.....	25
Capítulo 2.2 - Metodologia de monitorização estratégica, dos resultados e das realizações	25
Capítulo 3 - Monitorização estratégica, dos resultados e das realizações	30
Capítulo 3.1 - Monitorização estratégica.....	30
Capítulo 3.1.1 - Economia do Mar - análise integrada.....	30
Capítulo 3.2 - Monitorização do contributo do Portugal 2020 para os objetivos da Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020.....	42
Capítulo 3.2.1 - Identificação de candidaturas aprovadas	42
Capítulo 3.2.2 - Monitorização dos resultados dos FEEI no mar	46
Capítulo 3.2.3 - Monitorização das realizações dos FEEI no mar	54
Capítulo 3.2.4 - Monitorização do interesse de potenciais promotores na temática do mar.....	55
Capítulo 4 - Monitorização do contributo do Portugal 2020 para o Plano de Ação para o Atlântico (EMUEAA).....	56
Capítulo 5 - Considerações finais	62
ANEXO I - Alinhamento entre a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 e as Prioridades de Investimento do Portugal 2020.....	1
ANEXO II - Alinhamento entre as Prioridades de Investimento, Fundos da Política de Coesão, e as prioridades do FEAMP, com as prioridades e os objetivos específicos do PEAA.....	5
ANEXO III - Indicadores económicos - Economia do mar	7
ANEXO IV - Resultados dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento no Mar	8
ANEXO V - Realizações contratualizadas nas candidaturas Mar apoiadas pelo Portugal 2020.....	13

ANEXO VI - Contributo do Portugal 2020 para o PAA (EMUEAA)15

FICHA TÉCNICA

Direção-Geral de Política do Mar

Conceição Santos (coordenação)

Carla Frias

Graça Espada

Marisa Silva

Paulo Machado

Vasco Mendes

Miguel Fonseca (capa)

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

Carla Leal (Representante ADC na Comissão)

Sofia Pinha

COMPETE 2020

Jorge Abegão (Representante do COMPETE 2020 na Comissão)

Sara Alves

PO ISE

Domingos Lopes (Representante do PO ISE na Comissão)

PO CH

Joaquim Bernardo (Representante do PO CH na Comissão)

PO SEUR

Pedro Cardoso (Representante do PO SEUR na Comissão)

Catarina Rodrigues

NORTE 2020

Paulo Santos

CENTRO 2020

Jorge Brandão (Representante PO Centro 2020 na Comissão)

Joaquim Felício

Lisb@ 2020

João Teixeira (Representante do PO Lisb@ 2020 na Comissão)

Ana Ramos

ALENTEJO 2020

Roberto Pereira Grilo (Representante do PO Alentejo 2020 na Comissão)

Nelson Faustino

CRESC ALGARVE 2020

Isabel Beja

AÇORES 2020

Rui Amann (Representante do PO Açores 2020 na Comissão)

Filipe Porteiro (Representante RAA na Comissão)

Andreia Bretão

Madeira 14-20

Catarina Campos (Representante do PO Madeira 14-20 na Comissão)

Manuel Ara Oliveira (Representante RAM)

MAR 2020

Teresa Almeida (representante PO Mar 2020 na Comissão)

Ricardo Segurado

CITAÇÃO:

Comissão de Implementação do Investimento Territorial Integrado Mar, *Monitorização do ITI Mar 2016 - Monitorização Integrada da utilização dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento no Mar*, dezembro 2017

EDIÇÃO:

Direção-Geral de Política do Mar

Rua Dr. Alfredo Magalhães Ramalho nº 6

1495-006 Lisboa - Portugal

TEL +351 218 291 000

E-MAIL geral@dgpm.mm.gov.pt

WEB www.dgpm.mm.gov.pt

TWITTER [@DGPM_Portugal](https://twitter.com/DGPM_Portugal)

FACEBOOK www.facebook.com/DGPMPortugal/

ÍNDICE DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

AÇORES 2020 - Programa Operacional Regional dos Açores 2014-2020

ADC - Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P.

ALENTEJO 2020 - Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020

CAE - Classificação de Atividade Económica

CE - Comissão Europeia

CENTRO 2020 - Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020

CIAM - Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar

CIC - Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria

CN - Contas Nacionais

COMPETE 2020 - Programa Operacional Competitividade e Internacionalização

COSME - *Programme for the Competitiveness of Enterprises and Small and Medium-sized Enterprises*
(Programa para a Competitividade das Empresas e das PME)

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa

CRESC ALGARVE 2020 - Programa Operacional Regional do Algarve 2014-2020

CSM - Conta Satélite do Mar

DGPM - Direção-Geral de Política do Mar

DQEM - Diretiva Quadro Estratégia Marinha

EEA Grants - *European Economic Area Grants* (Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu)

EM - Estado Membro, Estados Membros

EMUEAA - Estratégia Marítima da União Europeia para a Área do Atlântico

ENEI - Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente

ENM 2013-2020 - Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020

EREI - Estratégias Regionais de Especialização Inteligente

ETC - Equivalente a Tempo Completo

ETI - Equivalente a Tempo Integral

FBCF - Formação Bruta de Capital Fixo

FC - Fundo de Coesão

FEADER - Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural

FEAMP - Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas

FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FEEI - Fundos Europeus Estruturais e de Investimento

FSE - Fundo Social Europeu

IPDJ - Instituto Português do Desporto e Juventude, IP

I&D - Investigação e Desenvolvimento

I&I - Investigação e Inovação

I&D&I - Investigação, Desenvolvimento e Inovação

INE - Instituto Nacional de Estatística

ITI - Investimento Territorial Integrado

ITI Mar - Investimento Territorial Integrado Mar

Horizonte 2020 - Programa-Quadro Comunitário de Investigação & Inovação

LIFE - Programa para o Ambiente e a Ação Climática

Lisb@2020 - Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2020

MAC 2014-2020 - Programa Operacional Transnacional Madeira-Açores-Canárias

MADEIRA 14-20 - Programa Operacional Regional da Madeira 2014-2020

MAR 2020 - Programa Operacional para os Assuntos Marítimos e das Pescas

NORTE 2020 - Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020

NUTS - Nomenclatura de Unidade Territorial para Fins Estatísticos

OT - Objetivo Temático / Objetivos Temáticos

PAA - Plano de Ação para o Atlântico

PCP - Política Comum das Pescas

PI - Prioridades de Investimento

PME - Pequenas e Médias Empresas

PMI - Política Marítima Integrada

PO - Programa Operacional

PO CH - Programa Operacional Capital Humano

PO Espaço Atlântico - Programa Operacional Transnacional Espaço Atlântico

PO ISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

Portugal 2020 - Acordo de Parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia

PO SEUR - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos

QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional (2007-2013)

RN 2000 - Rede Natura 2000

RTE-T - Rede Transeuropeia de Transportes

SCIE - Sistema de Contas Integradas das Empresas

SIC - Sítios de Importância Comunitária

TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação

UE - União Europeia

VAB - Valor Acrescentado Bruto

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Evolução 2010-2013.VAB, Emprego e Remunerações Médias por ETC	31
Figura 2 - Evolução 2010-2013. Consumo Privado, Consumo Público e Formação Bruta de Capital Fixo	31
Figura 3 - Estrutura do VAB, por agrupamento, no período 2010-2013	33
Figura 4 - Estrutura do Emprego, por agrupamento, no período 2010-2013	33
Figura 5 - VAB por agrupamento (preços correntes). Evolução 2010-2013	34
Figura 6 - Percentagem de Emprego por agrupamento. Evolução 2010-2013.....	35
Figura 7 - Remunerações médias por ETC, por agrupamento (2010-2013)	35
Figura 8 - Contribuição percentual dos agrupamentos no total da economia do mar em 2013	36
Figura 9 - Evolução 2010-2013.Importações e Exportações de produtos do “Mar”	37
Figura 10 - Estrutura do Saldo Externo de produtos “Mar” no período 2010-2013 (M€)	37
Figura 11 - Estrutura das Importações de produtos “Mar”, no período 2011-2013	38
Figura 12 - Estrutura das Exportações de produtos “Mar”, no período 2010-2013	39
Figura 13 - FBCF em produtos “Mar”, no período 2011-2013	39
Figura 14 - Número de operações Mar aprovadas em 2016, com e sem turismo costeiro.....	42
Figura 15 - Número de operações aprovadas por Objetivo Temático, com e sem turismo costeiro, em 2016 ..	43
Figura 16 - Número de operações aprovadas por Sector económico ou área de investimento na economia do mar, em 2016	44
Figura 17 - Número de operações Mar aprovadas em 2016, por NUTS II	45
Figura 18 - Percentagem dos Fundos Comunitários aprovados em operações Mar, com e sem turismo costeiro, em 2016	47
Figura 19 - Custo total, montante elegível e apoio aprovado das operações Mar em 2016, por NUTS II	49
Figura 20 - Custo total, montante elegível e apoio aprovado das operações Mar por Objetivo Temático, com turismo costeiro, em 2016	50
Figura 21 - Custo total, montante elegível e apoio aprovado das operações Mar por Objetivo Temático, sem turismo costeiro, em 2016	51
Figura 22 - Investimento (M€) por Sector económico ou área de investimento na economia do mar, em 2016	52
Figura 23 - Número de operações aprovadas por objetivos específicos da Estratégia do Atlântico, com turismo costeiro, em 2016.....	57
Figura 24 - Número de operações aprovadas por objetivos específicos da Estratégia do Atlântico, sem turismo costeiro, em 2016.....	58
Figura 25 - Investimento em operações aprovadas por objetivos específicos da Estratégia do Atlântico, com turismo costeiro, em 2016	59
Figura 26 - Investimento em operações aprovadas por objetivos específicos da Estratégia do Atlântico, sem turismo costeiro, em 2016	59
Figura 27 - Custo médio por operação aprovada por objetivos específicos da Estratégia do Atlântico, em 2016	60
Figura 28 - Custo médio por operação aprovada por objetivos específicos da Estratégia do Atlântico, sem turismo costeiro, em 2016	60

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Atividade empresarial entre os anos de 2013-2016.....	18
Tabela 2 - Articulação entre as áreas/setores de investimento e agrupamentos de atividade económica, entre o ITI Mar e a CSM	27
Tabela 3 - Principais indicadores - valores médios no período 2010-2013.....	30
Tabela 4 - Peso da Economia do Mar na Economia nacional. Evolução.	30
Tabela 5 - Evolução das Importações Exportações e Saldo Externo (M€)	37
Tabela 6 - Atividade empresarial entre os anos de 2013-2016.....	41
Tabela 7 - Quadro síntese das operações com Mar aprovadas em 2016	47
Tabela 8 - Número de solicitações de esclarecimento endereçadas à DGPM sobre os fundos Mar.....	55
Tabela 9 - Contributo por objetivo específico do Plano de Ação da Estratégia da UE para a Área do Atlântico	56
Tabela 10 - Intensidade de alinhamento entre a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 e as Prioridades de Investimento do Portugal 2020	1
Tabela 11 - Alinhamento entre as Prioridades de Investimento, Fundos da Política de Coesão, e as prioridades do FEAMP, com as prioridades e os objetivos específicos do PEA	5
Tabela 12 - Indicadores económicos - Economia do mar Evolução 2010-2013	7
Tabela 13 - Quadro síntese das operações com Mar aprovadas em 2016.....	8
Tabela 14 - Total das Operações Mar aprovadas em 2016 por Programa Operacional	8
Tabela 15 - Total das operações Mar aprovadas em 2016 por Objetivo Temático	9
Tabela 16 - Operações Mar aprovadas em 2016 por Objetivo Temático, sem turismo costeiro.....	10
Tabela 17 - Total das operações Mar aprovadas em 2016 por Sector económico ou área de investimento na economia do mar	11
Tabela 18 - Operações Mar aprovadas em 2016 no turismo costeiro.....	11
Tabela 19 - Realizações contratualizados pelos Programas Operacionais no conjunto de candidaturas Mar aprovadas até 31 de dezembro de 2016.....	13
Tabela 20 - Contributo do Portugal 2020 para o PAA (EMUEAA), com turismo costeiro	15
Tabela 21 - Contributo do Portugal 2020 para o PAA (EMUEAA), sem turismo costeiro	16

Sumário

O Investimento Territorial Integrado Mar (ITI Mar), previsto no modelo de governação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), publicado através do Decreto-Lei nº 137/2014, de 12 de setembro, tem como objetivo assegurar a articulação entre a aplicação dos FEEI e as políticas públicas no mar.

A sua implementação é assegurada por uma Comissão, coordenada pela Direção-Geral de Política do Mar (DGPM), e composta pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P. (ADC), pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Mar 2020 e pelas autoridades de gestão dos programas operacionais temáticos, programas operacionais regionais do continente, das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e do Programa Operacional Transnacional Espaço Atlântico (PO Espaço Atlântico). O ITI Mar não tem qualquer dotação financeira associada, qualquer que seja o fundo em causa, sendo o financiamento a projetos efetuado através dos procedimentos desenvolvidos pela normal implementação dos programas operacionais.

A monitorização integrada da utilização dos FEEI compreende, de acordo com o Decreto-Lei nº 200/2015, de 16 de setembro, as seguintes vertentes:

- Monitorização estratégica e dos resultados dos FEEI no mar;
- Monitorização da execução dos programas operacionais no que se refere às realizações no mar;
- Monitorização do interesse de potenciais promotores na temática do mar.

Em matéria de **monitorização estratégica** é de destacar os resultados apresentados pela Conta Satélite do Mar (CSM)¹, para o período 2010-2013, no quadro das Contas Nacionais (CN):

- Foram identificadas aproximadamente 60 mil entidades, cuja atividade representa, em média, 3,1% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) e 3,6% do Emprego (Equivalente a Tempo Completo - ETC) da economia portuguesa;
- O VAB da economia do mar passou de 2,9% em 2010 para 3,1% do VAB Nacional em 2013. O Emprego de 3,5% para 3,8%. Os resultados evidenciam um melhor desempenho da economia do mar quando comparado com a média da economia nacional, para o período em análise;
- Como indicador de investimento na economia do mar apresenta-se a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), a qual, excluindo o ano 2010, que está afetado pela aquisição de 2 submarinos, decresce 9,5% entre 2011 e 2013, o que compara com a redução de 22,6% para o total da economia portuguesa. A importância relativa da FBCF “Mar” na FBCF nacional é de 1,4% em 2011 e 1,6% em 2013;
- Considerando o período 2011-2013, os produtos “Mar” com maior importância relativa em termos de FBCF são as “construções e trabalhos de construção de engenharia civil”, em que se

¹ Instituto Nacional de Estatística

incluem obras de proteção e defesa costeira, dragagens e outras obras nomeadamente em portos, com 38,7%, e os “serviços de investigação e desenvolvimento científicos”, com 21,9%;

- As exportações de produtos “Mar” aumentam 12,0% entre 2010 e 2013, tendo o total das exportações nacionais crescido 25,2%. Com exceção de 2010, em que se observa um saldo externo de bens e serviços muito negativo (-1.097,0 M€), devido ao efeito atrás referido sobre as importações, no período de 2011 a 2013 observam-se saldos externos positivos. Em 2013 o saldo externo de bens e serviços atinge 116,4 M€, para o qual contribui, de forma significativa, o turismo das zonas costeiras, designadamente através dos “serviços de alojamento”.

Considerando a variação da atividade empresarial para os anos de 2013-2016, ao nível da fileira da pesca, dos portos, do turismo costeiro e da construção naval, tendo em atenção o pessoal ao serviço e o volume de negócios/proveitos, perspetiva-se uma evolução positiva da Economia do Mar nas CN no período em questão.

Na Tabela 1 apresenta-se esta evolução atividade empresarial para os anos de 2013-2016 de forma mais detalhada. Relativamente ao turismo costeiro é de referir que em 2016 os proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico localizados nas áreas costeiras representaram 87,3% do total de proveitos a nível nacional e tiveram um aumento de 18,1% relativamente a 2015.

Tabela 1 - Atividade empresarial entre os anos de 2013-2016

	Empresas (n.º)		Pessoal ao serviço (n.º)		Volume de Negócios (€)	
Portugal	↑	6%	↑	9%	↑	7%
Pesca e Aquicultura e Transformação e Comercialização dos seus Produtos						
<i>Pesca e Aquicultura (produção primária marinha)</i>	↑	2%	↑	2%	↑	14%
<i>Preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos</i>	↑	5%	↑	15%	↑	8%
<i>Comércio a retalho de peixe, crustáceos e moluscos, em estabelecimentos especializados</i>	↓	-23%	↓	-10%	↑	26%
Portos, Transportes e Logística						
<i>Transportes marítimos de passageiros</i>	↑	17%				
<i>Transportes marítimos de mercadorias</i>	↓	-6%	↓	-4%	↑	2%
<i>Aluguer de meios de transporte marítimo e fluvial</i>	↑	5%	↓	-1%	↑	8%
<i>Atividades auxiliares dos transportes por água</i>	↑	3%	↑	5%	↓	-3%
Construção, Manutenção e Reparação Navais						
<i>Construção de embarcações e estruturas flutuantes, exceto de recreio e desporto</i>	↓	-5%	↑	15%	↑	174%
<i>Construção de embarcações de recreio e de desporto</i>	↓	-2%	↑	31%	↑	73%
<i>Reparação e manutenção de embarcações</i>	↑	11%	↓	-1%	↑	15%

Fonte: INE, SCIE - dados extraídos em 29 de novembro de 2017

Com a **monitorização da execução dos programas operacionais** verifica-se que, até 31 de dezembro de 2016, foram aprovadas 679 operações na área do mar no Portugal 2020. Há operações apoiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) (67,0%), pelo Fundo Social Europeu (FSE) (24,9%), pelo Fundo de Coesão (FC) (7,2%) e pelo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) (0,9%). Ao turismo em zonas costeiras correspondem um número significativo de candidaturas, tendo neste âmbito sido aprovadas 194 operações, que correspondem a 28,6% do total. É de assinalar que relativamente ao turismo costeiro este foi apenas um exercício exploratório na medida em que, tendo em atenção as definições assumidas ao nível da CSM, não foi possível estabilizar uma metodologia a adotar ao nível do ITI Mar nem identificar os projetos em todas as regiões, matéria que será aprofundada posteriormente. No entanto, optou-se por apresentar estes resultados preliminares que mostram a importância que este sector tem na economia do mar.

Uma análise por setores da economia do mar, procurando seguir uma categorização paralela à da CSM, permite verificar que:

- A maioria do número de operações pertence à categoria do turismo costeiro, basicamente alojamento, restauração e agências de turismo. Adicionalmente, e de forma complementar, é de assinalar um número muito significativo de operações na área do “Recreio, desporto, cultura e marítimo-turísticas”, mostrando um dinamismo na área da náutica;
- A área do “Ensino, formação profissional, estágios e apoio à contratação” apresenta também um elevado número de operações. Contudo, das 158 operações aprovadas, 143 são Unidades de Formação de Curta Duração na área da “Restauração e Hotelaria” dedicadas a ‘Preparação e confeção de peixes e mariscos’ e ‘Peixes e Mariscos’. Das restantes, 4 das operações referem-se a programas doutorais e bolsas pós-doutoramento;
- É de destacar que 23,3% das operações, sem considerar o turismo costeiro, são na área da Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D&I);
- As obras de requalificação do litoral têm uma expressão elevada, contando com 9,1% das operações, sem considerar o turismo costeiro;
- No que se refere à proteção ambiental e alterações climáticas, as operações são na generalidade para o desenvolvimento de estratégias e planos de adaptação às alterações climáticas, sendo de evidenciar o financiamento do radar meteorológico da Região Autónoma da Madeira. É reduzido o número de operações dedicadas à observação de valores ambientais marinhos ou recuperação de espécies e habitats. Para 2017 espera-se um panorama diferente, atendendo a que o Programa Operacional para os Assuntos Marítimos e das Pescas (Mar 2020) já se encontra em velocidade cruzeiro e tem um conjunto alargado de apoios no domínio da proteção do ambiente marinho;
- A área dos portos conta com cerca de 2,7% das operações, mas é de assinalar que apresentam o maior rácio de investimento por operação. No entanto, das 13 operações aprovadas apenas 3, todas na região dos Açores, estão classificadas no Objetivo Temático (OT) 7 - “Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de

infraestruturas”. É ao nível deste OT que são apoiados tanto os investimentos na rede transeuropeia de transportes (RTE-T) como os portos não RTE-T, como é o caso das duas operações em portos dos Açores financiadas pelo COMPETE;

- A fileira da pesca apresenta um número reduzido de operações, uma vez que o Mar 2020 abriu as operações apenas em 2016 e só atingiu a velocidade de cruzeiro em 2017;
- Os restantes 9,3% das operações, sem contar com o turismo costeiro, correspondem às restantes áreas da economia do mar;
- **O maior número de operações aprovadas regista-se na região dos Açores (252 projetos, 37,1%), seguida pela região Norte (135 operações, 19,9%) e pela região Centro (121 operações, 17,8%). A Área Metropolitana de Lisboa conta com o mesmo nível de número de operações que o Algarve, 56 e 54 operações (8,2% e 8,0%), respetivamente. Por último o Alentejo com 29 operações (4,3%) e a Madeira com 13 apenas (1,9%). Há um conjunto de 19 operações (2,8%) que são multirregionais.**

Foram aprovados no Portugal 2020, até 31 de dezembro de 2016, 451,6M€ dedicados a operações na área do Mar, a que corresponde um investimento elegível de 430,2M€ e um montante de fundos comunitários de 314,5M€. Não considerando o turismo costeiro, o investimento total aprovado é de 364M€, a que corresponde um montante de fundos comunitários de 269,7M€.

É de assinalar que as operações Mar aprovadas até final de 31 de dezembro de 2016 correspondem a cerca de 1,5% do montante global do Portugal 2020 para o período 2014-2020, não considerado o Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural (FEADER) e a Iniciativa Emprego Jovem em Portugal. Este é um valor acumulado sensivelmente a 2 anos, considerando que a abertura do primeiro concurso do Portugal 2020 ocorreu a 12 de novembro de 2014. Para efeitos de análise relativa, refira-se que os resultados da CSM evidenciam que o peso do investimento Mar (medida através da FBCF) no contexto da economia nacional é de 1,4% em 2011 e de 1,6% em 2013.

O FEDER ocupa a primeira posição em matéria de financiamento de operações Mar, contando com 46,3% do total.

Apesar do FC apoiar um número restrito de operações (7,2%), contribui com 27,5 % para o total de fundos que no Portugal 2020 apoiam operações Mar. O FC apoia 49 operações, 2 na área dos portos nos Açores (OT 07 - “Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas”) e as restantes fundamentalmente na área da ação no litoral, incluindo operações de adaptação às alterações climáticas. Merece igualmente destaque o apoio relativo ao radar meteorológico da região da Madeira.

O FSE aparece em terceiro lugar correspondendo a 25,7% do financiamento de operações Mar.

Por último aparece o FEAMP garantindo apenas 0,5% do financiamento de operações na área do mar situação que se inverterá em 2017, ano em que o Mar 2020 atinge a velocidade cruzeiro.

Os Programas Operacionais temáticos destacam-se no apoio a operações Mar. O Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020) conta com 24,8% do total do apoio, o Programa Operacional Capital Humano (PO CH) com 22,2% e o Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR) com 21,2%. O Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE) até 31 de dezembro de 2016 não tinha aprovado nenhuma ação específica na área do mar.

No entanto, a territorialização das operações aprovadas neste período evidencia que à NUT II do Norte corresponde um investimento total em operações Mar aprovado de 96,1 M€ (21,3%), à do Centro 84,9 M€ (18,8%), à Área Metropolitana de Lisboa 44,8 M€ (9,9%), à do Alentejo 14,9 M€ (3,3%), à do Algarve 43,3 M€ (9,6%), à dos Açores 100,9 M€ (22,4%) e à da Madeira 10,9 M€ (2,4%). As operações multirregionais assumem uma posição mais relevante, quando comparadas com o número de operações aprovado, contando com cerca de 12,3% do investimento e de fundo aprovados.

Considerando as várias áreas da economia do mar, verifica-se que o investimento ao nível do turismo costeiro se destaca, com cerca de 19,4%, sendo este o sector mais representativo na estrutura da Economia do Mar em Portugal, de acordo com a CSM publicada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Associado ao turismo costeiro, pode referir-se a relevância do sector da náutica, a que corresponde 5,9% do investimento aprovado.

Os investimentos em I&D&I e na requalificação do litoral destacam-se com cerca de 19,3% e 16,3%, respetivamente. Estes resultados estão em linha com o que já foi identificado pela CSM, ou seja, no período 2011-2013, os produtos com maior importância relativa em termos de FBCF.

O investimento total aprovado na área do ensino e formação profissional é elevado, mas é de realçar o peso das operações identificadas ao nível de cursos na área da hotelaria. O FOR-MAR, Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar, tem vindo a ser financiado unicamente pelo orçamento do Instituto do Emprego e Formação Profissional, sem participação do PO CH, designadamente no âmbito dos cursos de aprendizagem e cursos de educação e formação de adultos, o que poderá ser uma das razões por não terem sido identificadas um maior número de operações de formação profissional financiadas pelo Portugal 2020 noutras áreas da economia do mar.

A área dos portos, transportes e logística conta com 8,6% do investimento total aprovado, sendo o sector comercial da economia do mar que mais se destaca.

Analisa-se, também, o contributo dos programas operacionais a nível nacional para a implementação do Plano de Ação da Estratégia Marítima da União Europeia para a Área do Atlântico (EMUEAA), uma vez que até 31 de dezembro de 2016 não tinham sido aprovadas operações no PO Espaço Atlântico. Das 679 operações Mar aprovadas no Portugal 2020, 617 contribuem para esta estratégia, num investimento total de 356,8 M€ e um volume de fundos da ordem dos 243,0 M€. As operações no sector do turismo costeiro têm significado, mas são também apoiados outros sectores. Salienta-se o volume de

investimento no domínio do I&D&I. Apesar de terem sido aprovadas um reduzido número de operações na área dos portos, o custo por operação é elevado.

Para suporte à **monitorização dos programas operacionais no que se refere às realizações no Mar** foi efetuado um apuramento das realizações contratualizados pelos programas no conjunto de operações Mar aprovadas até 31 de dezembro de 2016, como seja o número de empresas em cooperação com instituições de investigação apoiadas, o número de Pequenas e Médias Empresas (PME) apoiadas para desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais de internacionalização ou o número de bolseiros de doutoramento, entre outros. Para muitos indicadores, apenas após a concretização das operações será possível verificar em que medida os resultados foram obtidos.

O ITI Mar dispõe, através da DGPM, de um **mecanismo de assistência a potenciais promotores de projetos na temática do Mar**. É sobretudo durante o ano de 2017 que se regista um aumento da procura deste mecanismo, sobretudo nas áreas da Literacia do Oceano, Aquicultura, I&D, Pesca e Construção e Reparação naval. Para o aumento da procura terá contribuído a participação e divulgação em eventos (Business2Sea, Conferências do Mar), a produção de materiais promocionais e a criação do balcão de atendimento presencial, telefónico e eletrónico.

O presente relatório não tem por objetivo a **avaliação integrada da utilização dos FEEI no Mar**, prevista no diploma que regulamenta o ITI Mar, uma vez que de acordo com o Plano Global de Avaliação do Portugal 2020 esta avaliação está prevista ser realizada por entidade independente em 2019.

Os resultados apresentados resultam do **primeiro exercício de monitorização integrada do apoio de fundos comunitários às políticas do mar**, pelo que este trabalho deve ser considerado apenas um ponto de partida que será aperfeiçoado em anos subsequentes, à medida que as entidades que integram a Comissão de Implementação do ITI Mar aprofundam o conhecimento e a prática nesta área de análise.

Em 2018 pretende-se realizar esta monitorização relativa a 2017 em paralelo com a elaboração dos Relatórios Anuais de execução dos Programas Operacionais e, desta forma, terminar o exercício no primeiro semestre do ano.

Capítulo 1 - Enquadramento

O ITI Mar, previsto no Acordo de Parceria entre Portugal e a Comissão Europeia (CE), relativamente à programação dos FEEI para o período 2014-2020, tem como finalidade a operacionalização da Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 (ENM 2013-2020) no quadro do modelo de governação dos FEEI. Ficou estabelecido que este Investimento Territorial Integrado (ITI), de carácter excecional, poderia ser objeto de cofinanciamento comunitário mono ou plurifundo por parte do FEDER, FSE, FC ou FEAMP.

Conforme expresso no Acordo de Parceria, “as prioridades políticas da União Europeia (UE) estabelecidas no documento “Europa 2020” terão concretização na componente mar e oceanos através da **Política Marítima Integrada (PMI)** e na Bacia do Atlântico, através da EMUEAA e respetivo **Plano de Ação para o Atlântico (PAA)**. Em Portugal, a dimensão do território, no que respeita às áreas costeira e marítima, assume particular relevância, devendo ser olhada numa ótica integrada e em todas as suas potencialidade, recursos e desafios. A ENM 2013-2020 é o instrumento de política pública que apresenta a visão para aquele período, onde é expressa a vontade e a prioridade em proteger o Oceano e em explorar de forma sustentável o seu potencial de longo prazo. Tendo em consideração o carácter transversal desta Estratégia, parte da sua concretização passa não só pelo apoio proporcionado pelo FEAMP, mas também pela mobilização dos Fundos da Política de Coesão”.

No atual quadro comunitário de apoio, a regulamentação europeia dá particular atenção ao contributo que os FEEI têm para a concretização das estratégias macrorregionais e estratégias das bacias marítimas, de que a EMUEAA é um exemplo com grande relevância para Portugal. O ITI Mar é o instrumento por excelência, em Portugal, para a coordenação entre as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais (PO), quer no que se refere ao acompanhamento e promoção de resultados na área do mar, quer na sua relação com a CE, quando estiver em causa a explicitação do contributo dos FEEI com ações na área do mar para a concretização de estratégias macrorregionais e da Bacia do Atlântico.

Em termos da regulamentação nacional, a criação do ITI Mar está prevista no modelo de governação dos FEEI, publicado através do Decreto-Lei nº 137/2014, de 12 de setembro. O ITI Mar foi regulamentado posteriormente através do Decreto-Lei nº 200/2015, de 16 de setembro, tendo como objetivo assegurar a articulação entre a aplicação dos FEEI e as políticas públicas no mar, em consonância com as prioridades definidas no âmbito da ENM 2013-2020.

A implementação do ITI Mar é assegurada por uma Comissão, coordenada pela DGPM, e composta pela ADC, pela Autoridade de Gestão do Mar 2020 e pelas autoridades de gestão dos programas operacionais temáticos, programas operacionais regionais do continente, das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e do PO Espaço Atlântico. Estão envolvidos os programas operacionais cujos objetivos e

realizações tenham reflexo e impacto na temática do mar, sendo de realçar que o ITI Mar, enquanto instrumento, não tem qualquer dotação financeira associada, qualquer que seja o fundo em causa, sendo o financiamento a projetos apenas através dos procedimentos desenvolvidos pela normal implementação dos PO.

Um dos documentos de referência do Plano de Ação da ENM 2013-2020 (Plano Mar-Portugal), é o Quadro de Referência do ITI Mar, entretanto desenvolvido e publicado pela Comissão de implementação do ITI Mar.

O Quadro de Referência do ITI Mar definiu a metodologia a ser seguida pelos PO para a identificação e monitorização das operações na área do mar, devidamente enquadradas no acompanhamento global do Portugal 2020 e dos PO. Naquele documento foi, também, identificado um conjunto de indicadores de monitorização dos resultados da ENM 2013-2020 potencialmente relevantes neste domínio. Considerando que nos quadros de apoio comunitário anteriores, nomeadamente no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), para o período 2007-2013, não foi incluída uma monitorização específica para os objetivos da política do mar, o exercício de monitorização apresentado no presente relatório é pioneiro e poderá levar a recomendações para a revisão do Quadro de Referência.

A monitorização integrada da utilização dos FEEI compreende, de acordo com o Decreto-Lei nº 200/2015, de 16 de setembro, as seguintes vertentes:

- Monitorização estratégica e dos resultados dos FEEI no mar;
- Monitorização da execução dos programas operacionais no que se refere às realizações no mar;
- Monitorização do interesse de potenciais promotores na temática do mar.

Este diploma estabelece, ainda que, a monitorização realizada deve ser apresentada à Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar (CIAM) e à Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria (CIC) Portugal 2020, mediante relatório anual que inclua as vertentes referidas, e os resultados devem ser disponibilizados ao público nos sítios na Internet da DGPM e do Portugal 2020.

Este relatório não tem por objetivo a avaliação integrada da utilização dos FEEI no Mar, prevista no diploma que regulamenta o ITI Mar, e que deve procurar caracterizar o seu desempenho e identificar os principais motivos para o sucesso e os constrangimentos da aplicação dos Fundos enquanto suporte à implementação da ENM 2013-2020. De acordo com o Plano Global de Avaliação do Portugal 2020 prevê-se que esta avaliação venha a ser realizada em 2019, com recurso a entidade externa.

Capítulo 2 - Quadro de Referência do ITI Mar

Capítulo 2.1- Alinhamento entre a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 e as Prioridades de Investimento do Portugal 2020

Considerando apenas os conceitos subjacentes às Prioridades de Investimento (PI) do Portugal 2020 e os objetivos e efeitos a alcançar com a ENM 2013-2020, apresenta-se na Tabela 10, Anexo I, a intensidade de alinhamento entre o Portugal 2020, ao nível dos OT e das PI, e a ENM 2013-2020 nas suas múltiplas áreas de intervenção. Foi, ainda, considerado o maior ou menor espectro de abrangência de operações mar e a dotação afeta à PI, em face da dotação global atribuída às PI relevantes para a esfera do ITI Mar.

Para as PI que são mobilizadas pelo Portugal 2020 e que não constam da Tabela 10, considera-se um alinhamento potencial nulo.

Esta análise permite selecionar as PI mais relevantes para a monitorização do apoio a projetos na área do mar através do Portugal 2020. No entanto, apenas a análise qualitativa do financiamento de projetos na área do mar, através de cada PI, permitirá verificar a sua importância para a política do mar.

Capítulo 2.2 - Metodologia de monitorização estratégica, dos resultados e das realizações

A monitorização integrada da utilização dos FEEI no mar compreende, de acordo com o nº 1 do Art.º 10º do Decreto-Lei nº 200/2015, de 16 de setembro, as seguintes vertentes:

- monitorização estratégica e dos resultados dos FEEI no mar, a qual é realizada pela DGPM;
- **monitorização da execução dos programas operacionais no que se refere às realizações no mar, a qual é realizada pelas Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais;**
- monitorização do interesse de potenciais promotores na temática do mar, realizada pela DGPM.

O Quadro de Referência do ITI Mar apresenta já um conjunto de considerandos relevantes para efeitos da monitorização a realizar, nomeadamente quanto à metodologia a seguir para identificar as operações que devem ser consideradas como relevantes para efeitos do ITI Mar, ou seja, que contribuem para o desiderato estabelecido pela política do mar.

Assim,

- Para efeitos da monitorização estratégica, adota-se caracterizar um conjunto de indicadores relevantes para a monitorização da política do mar e que também tenham relação com áreas potencialmente beneficiárias do Portugal 2020. Estes indicadores têm como origem fontes

externas aos PO e correspondem a resultados relativos ao universo dos potenciais beneficiários do Portugal 2020 na área do mar. Sempre que se afigure viável, os indicadores selecionados são equivalentes aos utilizados pela DG Mare para a monitorização do PAA. Será utilizada a informação coligida através do SEAMind, projeto de apoio à monitorização da ENM 2013-2020;

- Para efeitos da monitorização dos resultados dos FEEI no mar, considera-se caracterizar um conjunto de indicadores de realização, contratualizados pelos PO ao nível das operações na área do mar que tenham sido aprovadas no Portugal 2020. **No presente relatório ainda só é possível considerar os valores contratualizados e não os que virão a ser realmente alcançados**, uma vez que as operações ainda estão, na generalidade das situações, a ser executadas e só apresentarão resultados finais uma vez concluídas;
- Para efeitos da monitorização da execução dos programas operacionais, considera-se fazer uma caracterização financeira das operações na área do mar aprovadas no Portugal 2020.

Procura-se, ainda, fazer uma caracterização dos seguintes aspetos:

- Localização das operações aprovadas ao nível da NUT II, tendo em consideração as regras de territorialização das operações estabelecidas ao nível da Rede de Monitorização e Avaliação do Portugal 2020;
- Identificação das áreas/setores de investimento das operações aprovadas;
- Número de operações aprovadas e dimensão financeira média das mesmas.

A monitorização do interesse de potenciais promotores na temática do mar é feita com base nos dados relativos à afluência ao Balcão de Atendimento *on line* disponibilizado no sítio eletrónico da DGPM e nos balcões presenciais em diversos eventos ligados ao mar, realizados pela Comissão de Implementação do ITI Mar.

No caso de operações financiadas pelo FSE através do PO Capital Humano, tiveram que ser consideradas algumas especificidades, uma vez que as operações avaliadas não são, na sua totalidade, destinadas a objetivos da política do mar:

- Cálculo de uma estimativa real do custo da operação em cursos/ações mar (afetação de custos) atendendo ao volume de formação dedicado a matérias mar;
- Consideradas as regras de territorialização das operações acordadas na Rede de Monitorização e Avaliação do Portugal 2020, optando-se por aplicar o método pro-rata no apuramento da localização das operações que integram ações em mais do que uma NUT III. Deste modo, procedeu-se ao reporte da NUT III mais representativa (ou seja, que apresenta um volume de formação superior às demais);
- A expressão verificada na área da 'Hotelaria e Restauração' resulta da sinalização dos Cursos ('Técnico/a de Cozinha/Pastelaria' e 'Cozinha', 'Técnico de Restauração Cozinha/Pastelaria' e 'Técnicas de Cozinha/Pastelaria') que, de acordo com a metodologia definida em sede do Quadro de Referência do ITI Mar, integram Unidades de Formação de Curta Duração

especificamente mar, a saber: ‘Preparação e confeção de peixes e mariscos’ e ‘Peixes e Mariscos’.

As áreas/sectores de investimento considerados seguem uma sistematização em articulação com a CSM (Tabela 2).

Procurou-se identificar as operações na área do turismo costeiro seguindo a definição da CSM, que se encontra alinhada com a metodologia EUROSTAT. Tendo-se verificado não ser possível seguir a metodologia em toda a extensão optou-se por identificar as operações em classificações económicas relativas a alojamento, restauração e agências de turismo em freguesias costeiras. Trata-se de um exercício preliminar que se procurará aprofundar no futuro. No entanto dada a importância do turismo costeiro na economia do mar optou-se por fazer e apresentar os resultados deste exercício exploratório por forma a avaliar a importância do Portugal 2020 para este sector.

Tabela 2 - Articulação entre as áreas/sectores de investimento e agrupamentos de atividade económica, entre o ITI Mar e a CSM

Agrupamentos de atividade económica Conta Satélite do Mar²	Sector/área de investimento ITI Mar
1. Pesca, aquicultura, transformação e comercialização dos seus produtos	1.1 Pesca e comercialização dos seus produtos
	1.2 Aquicultura
	1.3 Transformação dos produtos da pesca
2. Recursos marinhos não vivos	2.1 Recursos minerais marinhos
	2.2 Salicultura
	2.3 Energias renováveis
	2.4 Outras fontes de energias
3. Portos, transportes e logística	3. Portos, transportes e logística
4. Recreio, desporto, cultura e turismo	4.1 Recreio, desporto, cultura e marítimo-turísticas
	4.2 Alojamento, restauração, agências turismo
5. Construção, manutenção e reparação naval	5. Construção, manutenção e reparação naval
6. Equipamento marítimo	6. Equipamento marítimo
7. Infraestruturas e obras marítimas	7.1 Requalificação do litoral
	7.2 Outras infraestruturas e obras marítimas
8. Serviços marítimos	8.1 I&D&I
	8.2 Proteção ambiental e alterações climáticas
	8.3 Ensino, formação profissional, estágios e apoio à contratação
	8.4 Outros serviços marítimos
9. Novos usos e recursos do mar	9. Novos usos e recursos do mar

² <https://www.dgpm.mm.gov.pt/conta-satelite-do-mar>

Assume-se que a componente da I&D, em particular a que é financiada com enquadramento obrigatório pelas Estratégias de Especialização Inteligente (ENEI e EREI) através do OT1 corresponde à área/setor 8.1 - I&D&I. Considera-se que o OT 10 está todo classificado na área/setor 8.3 - “Ensino, formação profissional, estágios e apoio à contratação”. As operações aprovadas ao nível do OT 8 estão classificadas também na área/setor 8.3, sempre que não seja possível identificar um setor específico da economia do mar.

Para caracterizar qualitativamente e quantitativamente o contributo do Portugal 2020 para a concretização do PAA, considera-se o conjunto de relações unívocas indicado na Tabela 11, Anexo II, aplicado ao conjunto de operações aprovadas e identificadas como relevantes para os assuntos do mar. Algumas assunções foram estabelecidas, uma vez que não existe uma pré-sinalização por operação quanto ao seu contributo para o PAA, designadamente:

- Assume-se que a componente do I&D, em particular a que é financiada com enquadramento obrigatório pelas ENEI e EREI, ou seja, com contributo para o OT 1, está toda alinhada com o Objetivo Específico 1.1 do PAA;
- Assume-se que a formação profissional ou a formação profissional associada a projetos de investimento está toda alinhada com o Objetivo Específico 1.2 do PAA;
- Assume-se que a dinamização da economia azul através do OT 3 está alinhada com o Objetivo Específico 1.3 do PAA bem como a inovação e alguns apoios específicos do FEAMP que contribuem para o OT 3 e estão no PAA ao nível do Objetivo Específico 1.3;
- Assume-se que se consideram como contributos para a Prioridade 3 do PAA os financiamentos que apoiam operações na área da vigilância marítima integrada, riscos, proteção do meio marinho, em particular a aplicação da Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM) e estudos de mapeamento de recursos marinhos, em particular os potencialmente relevantes para a economia do mar;
- Assume-se que a Prioridade 3 do PAA é concretizada por operações apoiadas no domínio da implementação da RTE e de soluções de transporte marítimo mais ecológicas;
- Assume-se que a Prioridade 4 está fundamentalmente relacionada com o financiamento de DLBC costeiras a Gal Pesca.

A metodologia apresentada permite, de uma forma expedita, ter uma aproximação daquilo que será o contributo do financiamento dos FEEI para uma política do mar no Atlântico.

De salientar que a nível europeu não existe nenhuma indicação da relação a utilizar, sendo esta uma assunção para efeitos exclusivos do ITI Mar, mas que permitirá aos PO e à DGPM, na qualidade de representante de Portugal na PMI da UE, responder de forma articulada às múltiplas solicitações da Comissão, desde logo ao nível da elaboração dos Relatórios Anuais.

Para efeitos de coerência com os Relatórios Anuais dos PO, a data de referência do trabalho é 31 de dezembro de 2016, ou seja, são consideradas na análise todas as operações relevantes para a ENM 2013-2020 aprovadas no Portugal 2020 até esta data.

Capítulo 3 - Monitorização estratégica, dos resultados e das realizações

Capítulo 3.1 - Monitorização estratégica

Capítulo 3.1.1 - Economia do Mar - análise integrada

No âmbito da CSM (Tabela 3) foram identificadas aproximadamente 60 mil entidades, cuja atividade representa, em média, 3,1% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) e 3,6% do Emprego (ETC) da economia portuguesa, no período 2010-2013. A remuneração média na CSM excede em cerca de 3% a remuneração média nacional.

Tabela 3 - Principais indicadores - valores médios no período 2010-2013

	Unidades de Atividade Económica* (Nº)	VAB (M€)	Emprego (ETC)
CSM	58.738	4.680	160.766
Economia Nacional	-	152.425	4.409.186
CSM /Economia Nacional	-	3,1%	3,6%

*valores médios de 2010-2012

Fonte: INE, CSM, CN

O VAB da economia do mar (Tabela 4) passou de 2,9% em 2010 para 3,1% do VAB Nacional em 2013.

O Emprego de 3,5% para 3,8% e a Produção de 3,4% para 3,8%.

Tabela 4 - Peso da Economia do Mar na Economia nacional. Evolução.

	Peso da Produção da Ec. do Mar na Produção Nacional (%)		Peso do VAB da Ec. do Mar no VAB Nacional (%)		Peso do Emprego na Ec. do Mar no Emprego Nacional (%)	
	2010	2013	2010	2013	2010	2013
Economia do Mar	3,4%	3,8%	2,9%	3,1%	3,5%	3,8%

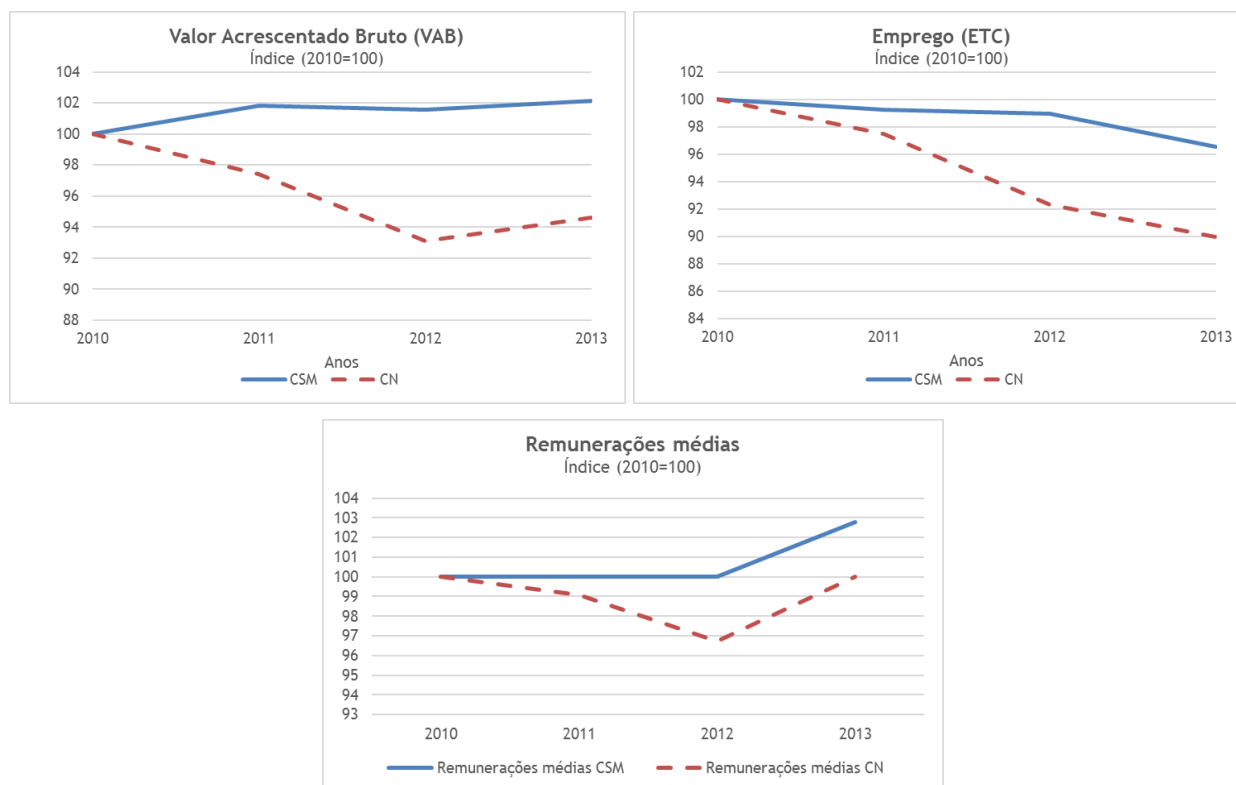
Fonte: INE, CSM, CN

Os resultados da CSM evidenciam um melhor desempenho da economia do mar, quando comparado com a média da economia nacional, para o período em análise, 2010 - 2013 (Figura 1).

No período 2010-2013, a atividade económica nacional regista uma redução acumulada significativa, verificando-se diminuições de 5,4% do VAB e de 10,0% do emprego (ETC). As atividades económicas consideradas no âmbito da CSM apresentam desempenhos mais favoráveis: entre 2010 e 2013, o VAB gerado pelo “Mar” cresce 2,1%, enquanto o emprego gerado pelo “Mar” diminui 3,4% neste período.

A remuneração média por ETC também tem um desempenho mais favorável na CSM e regista um acréscimo de 3% face à economia nacional, no período considerado.

Figura 1 - Evolução 2010-2013. VAB, Emprego e Remunerações Médias por ETC

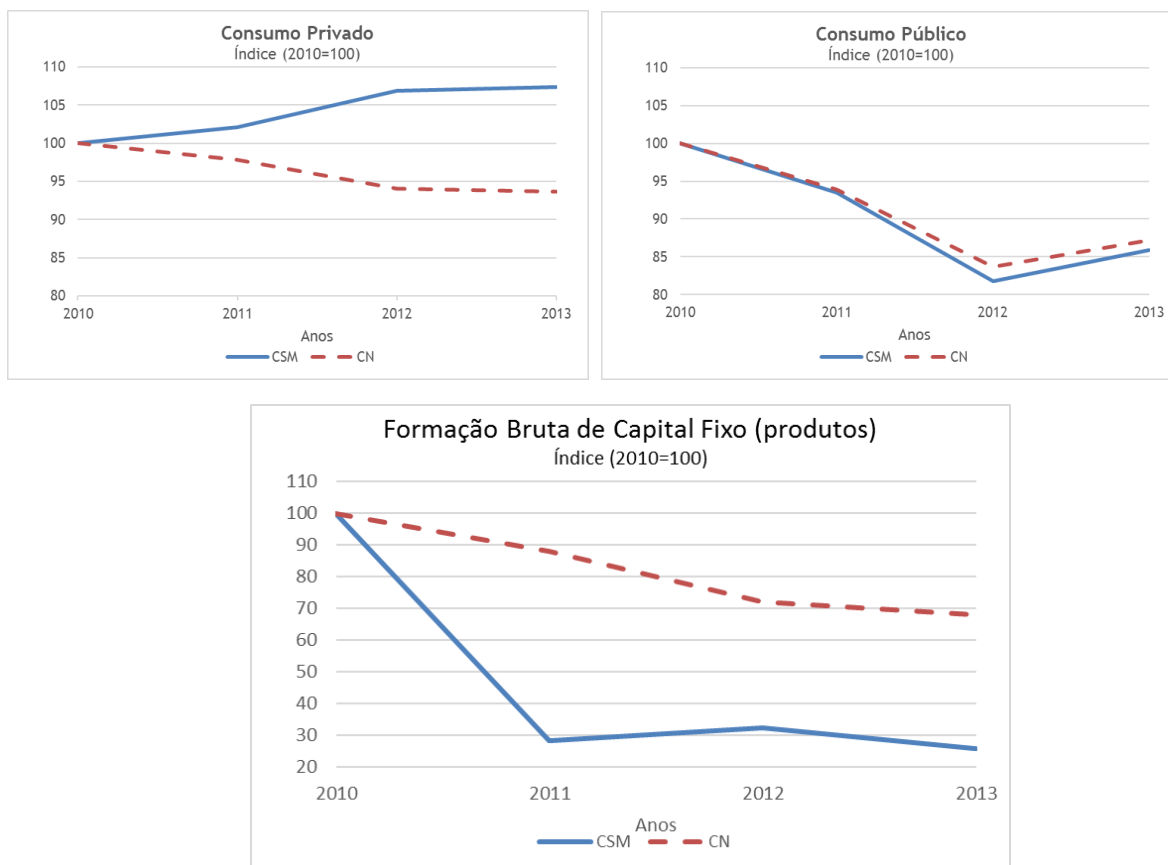


Fonte: INE, CSM, CN.

Ao nível do Consumo (Figura 2) regista-se um aumento de 7% no Consumo Privado em contraciclo com a economia nacional. No entanto, o Consumo Público regista um decréscimo acentuado, acompanhando a tendência da economia nacional.

No que respeita à Formação Bruta de Capital Fixo (Figura 2), apresentada como indicador de investimento na economia do mar, verifica-se que diminui consideravelmente no período em análise (-74,3%). Contudo, excluindo o ano 2010, que está afetado pela aquisição de 2 submarinos, a FBCF na CSM decresce 9,5% entre 2011 e 2013, o que compara com a redução de 22,6% para o total da economia portuguesa. A importância relativa da FBCF “Mar” reflete estas evoluções, passando de 4,3% da FBCF nacional em 2010, para 1,4% em 2011 e 1,6% em 2013.

Figura 2 - Evolução 2010-2013. Consumo Privado, Consumo Público e Formação Bruta de Capital Fixo



Fonte: INE, CSM, CN

A CSM abrange atividades que se localizam no espaço marítimo, atividades que se localizam nas zonas costeiras e também em áreas afastadas da costa, desde que explicitamente relacionadas com o mar.

Estas atividades são classificadas em duas óticas, por níveis de observação e por agrupamento.

Quanto aos níveis de observação, classificam-se as atividades ligadas ao Mar em três categorias:

- As atividades características (atividades em que uma parte importante das operações decorre no mar ou cujos produtos provêm ou são destinados a ser utilizados no mar ou no limite da costa), que representam 1,7% do VAB e 2,0% do emprego no período considerado;
- As atividades transversais (atividades de suporte às restantes atividades consideradas na CSM - correspondem ao equipamento e serviços marítimos), que representam 0,6% do VAB e 0,7% do emprego no período considerado;
- As atividades favorecidas pela proximidade do mar (turismo costeiro), que representam 0,8% do VAB e 0,9% do emprego no período considerado.

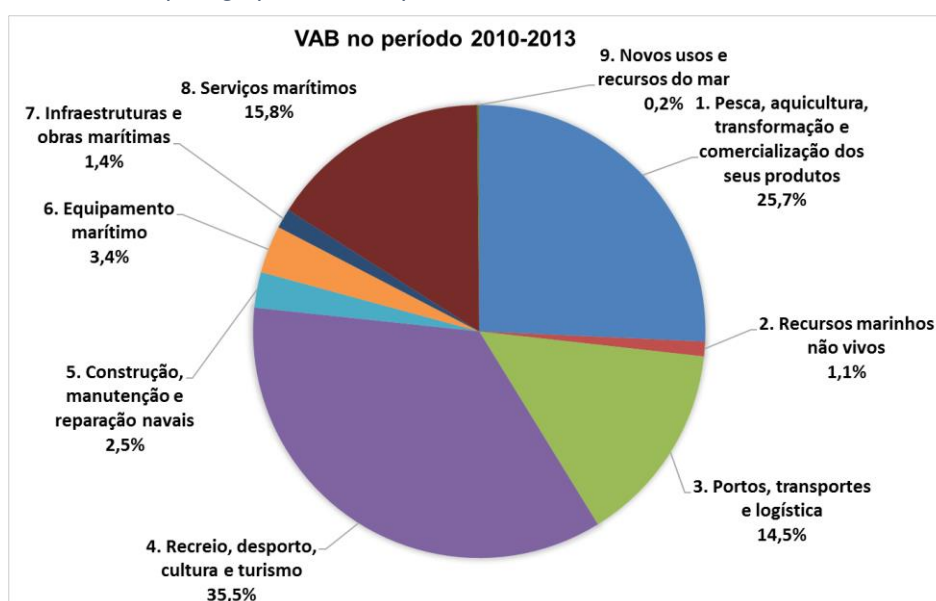
A classificação por agrupamento de atividades económicas deu origem a nove agrupamentos, cuja análise se apresenta relativamente ao valor criado (VAB) e emprego gerado (ETC).

No Anexo III (Tabela 12) apresentam-se os dados de VAB e Emprego, para o total da Economia Nacional e para a Economia do Mar, em valores totais e por agrupamento, destacando ainda o peso da Economia do Mar para cada um destes indicadores no ano inicial da CMS, 2010 e no ano final, 2013, de forma a evidenciar eventuais mudanças estruturais significativas.

Em termos de VAB (Figura 3) os agrupamentos com mais expressão no período 2010-2013 são:

- “Recreio, desporto, cultura e turismo”, com 35,5%;
- “Pesca, aquicultura, transformação e comercialização dos seus produtos”, com 25,7%;
- “Serviços marítimos”, com 15,8%;
- “Portos, transportes e logística”, com 14,5%.

Figura 3 - Estrutura do VAB, por agrupamento, no período 2010-2013

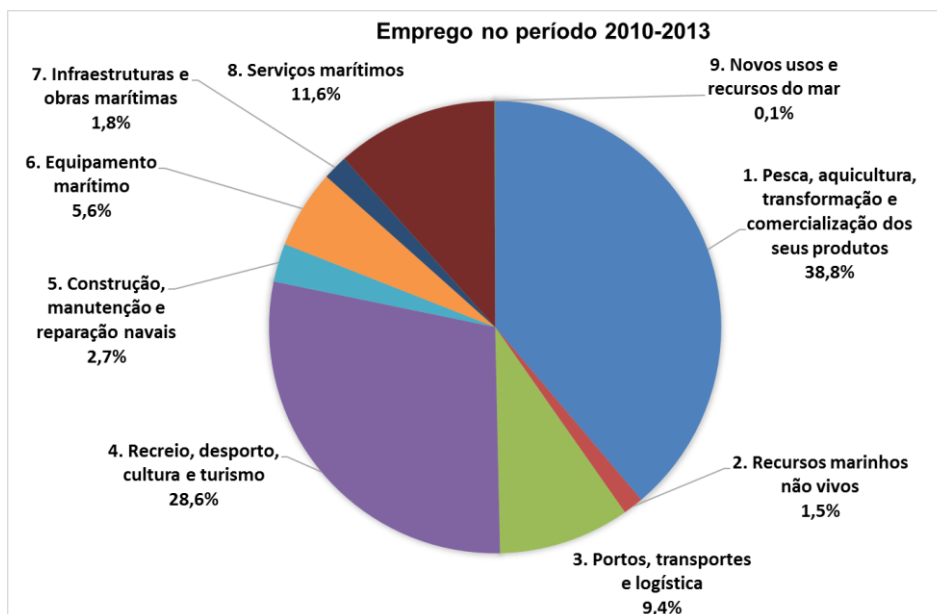


Fonte: INE, CSM

Em termos de emprego (ETC) (Figura 4) os agrupamentos mais expressivos são:

- “Pesca, aquicultura, transformação e comercialização dos seus produtos”, com 38,8%;
- “Recreio, desporto, cultura e turismo”, com 28,6%;
- “Serviços marítimos”, com 11,6%;
- “Portos, transportes e logística”, com 9,4%.

Figura 4 - Estrutura do Emprego, por agrupamento, no período 2010-2013

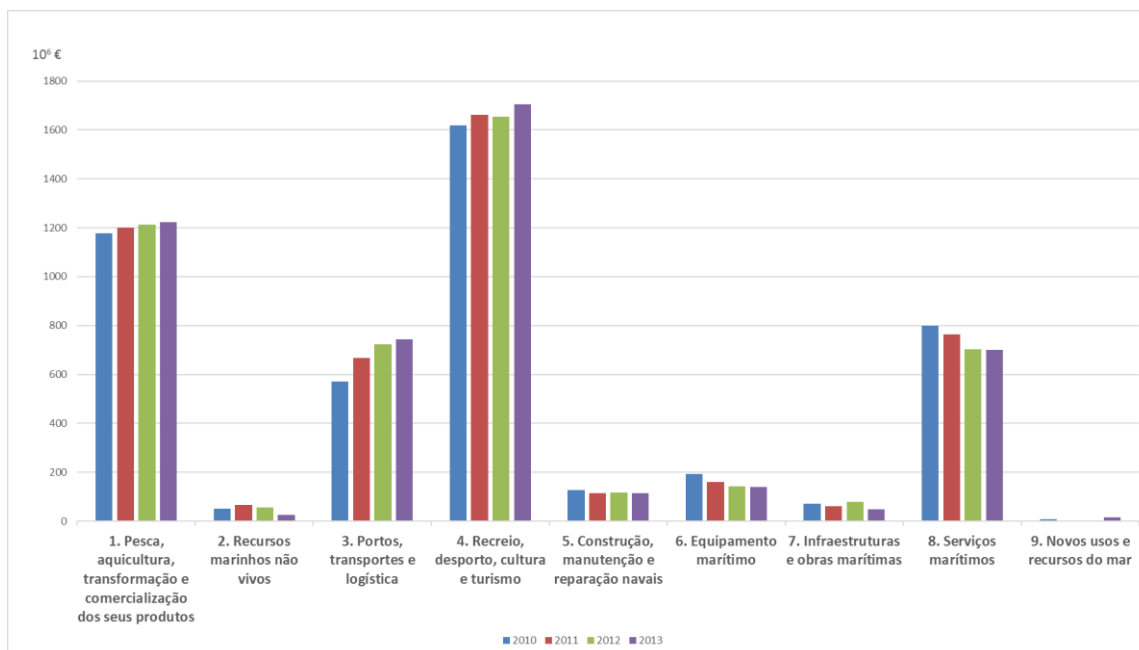


Fonte: INE, CSM

Em termos de evolução do VAB ao longo do período 2010-2013 (Figura 5), os agrupamentos que mais crescem são:

- “Portos, transportes e logística” (+30%);
- “Recreio, desporto, cultura e turismo” (+5,4%);
- “Pesca, aquicultura, transformação e comercialização dos seus produtos” (+4,0%).

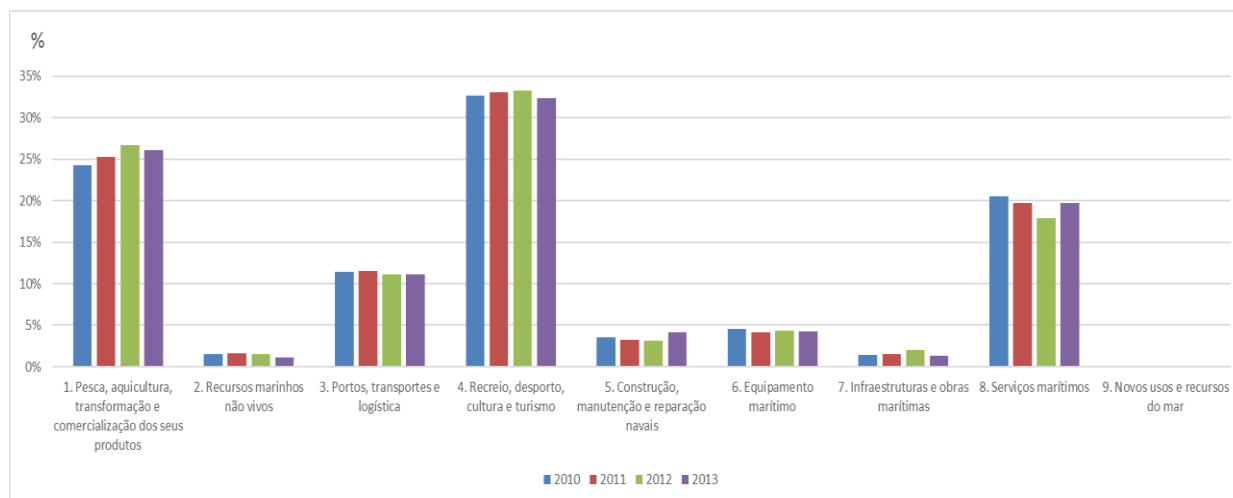
Figura 5 - VAB por agrupamento (preços correntes). Evolução 2010-2013



Fonte: INE, CSM

No entanto, em termos de emprego (Figura 6) não se regista nenhuma alteração significativa neste período, para os agrupamentos analisados.

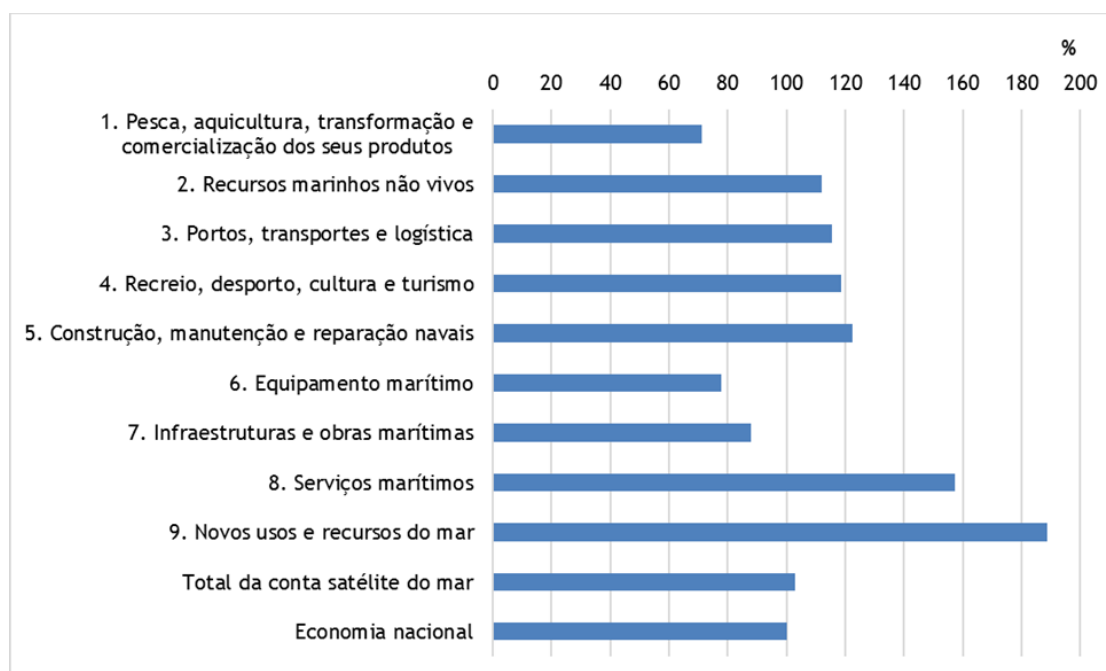
Figura 6 - Percentagem de Emprego por agrupamento. Evolução 2010-2013.



Fonte: INE, CSM

As remunerações médias por ETC (remunerado) variam significativamente entre os vários agrupamentos (Figura 7). Os agrupamentos “Novos usos e recursos do mar” e “Serviços marítimos” registam as remunerações médias mais elevadas (+88,8% e +57,4% do que a média nacional, respetivamente). No extremo oposto encontram-se os agrupamentos “Pesca, aquicultura, transformação e comercialização dos seus produtos” e “Equipamentos marítimos”, com remunerações médias inferiores à média nacional. Esta elevada dispersão poderá refletir a heterogeneidade das qualificações dos recursos humanos associados aos diferentes agrupamentos.

Figura 7 - Remunerações médias por ETC, por agrupamento (2010-2013)

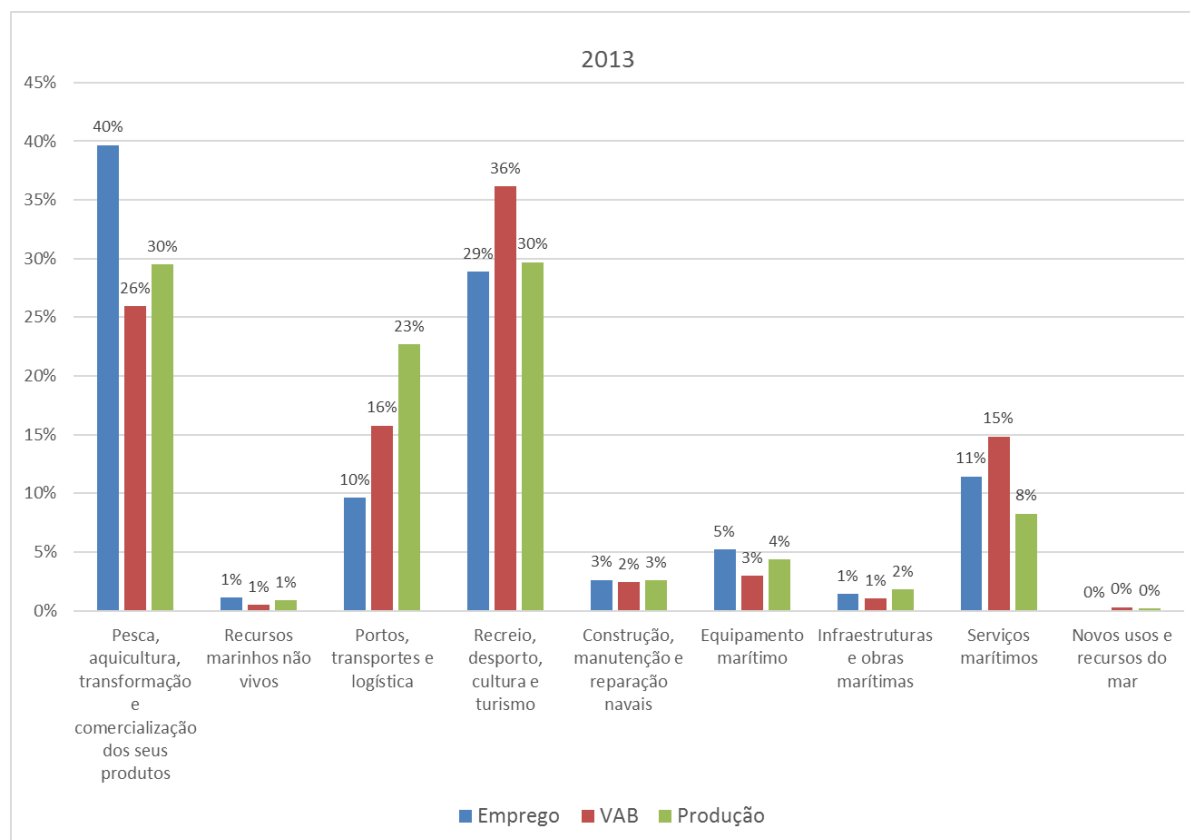


Fonte: INE, CSM

Na Figura 8 apresenta-se a comparação relativamente à contribuição de cada agrupamento para o total da economia do mar em 2013, em termos de VAB, Emprego e Produção.

De registar que o agrupamento “Pesca, aquicultura, transformação e comercialização dos seus produtos”, emprega 40% dos ETC e produz 26% do VAB, enquanto que o do “Recreio, desporto, cultura e turismo” emprega 29% dos ETC e regista um VAB de 36% do total.

Figura 8 - Contribuição percentual dos agrupamentos no total da economia do mar em 2013



Fonte: INE, CSM

As importações de produtos “Mar” decrescem 35,0% no período 2010-2013 e constituem 4,3% do total das importações em 2010, e 2,8% nos anos subsequentes (Figura 9 e Figura 10). Contudo, note-se que o nível das importações no ano 2010 é excecionalmente elevado, o que se deve, fundamentalmente, à aquisição (entrega) de “outro material de transporte”, no qual se incluem os submarinos adquiridos pela Marinha Portuguesa, razão pela qual na Figura 11e na Figura 13 se opta por considerar apenas o período de 2011 a 2013. Assim, considerando apenas o período 2011 a 2013, as importações de produtos “Mar” diminuem 1,5%.

Em sentido inverso, as exportações de produtos “Mar” aumentam 12,0% entre 2010 e 2013, tendo o total das exportações nacionais crescido 25,2% (Figura 9). As exportações de produtos “Mar” perdem, deste modo, importância relativa face à economia nacional (3,3% em 2010 e 2,9% em 2013). Com

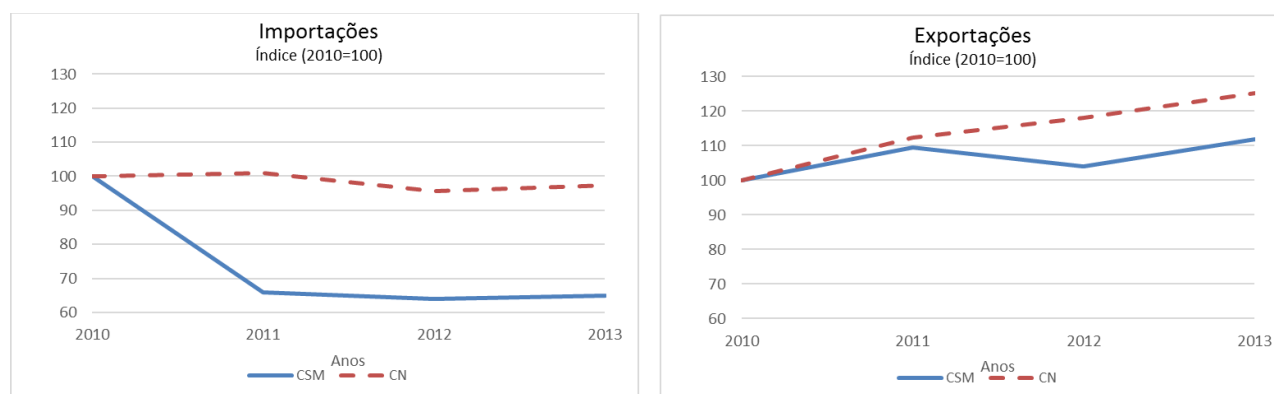
exceção de 2010, em que se observa um saldo externo de bens e serviços muito negativo (-1.097,0 M€) devido ao efeito atrás referido sobre as importações, no período de 2011 a 2013 observam-se saldos externos positivos (Figura 10). Em 2013 o saldo externo de bens e serviços atinge 116,4 M€ (Tabela 5), para o qual contribui, de forma significativa, o turismo das zonas costeiras, designadamente através dos “serviços de alojamento”.

Tabela 5 - Evolução das Importações Exportações e Saldo Externo (M€)

	2010	2011	2012	2013
Importações	2.864,2	1.890,1	1.830,3	1.862,1
Exportações	1.767,2	1.936,9	1.837,6	1.978,5
Saldo Externo	-1.097,0	46,8	7,3	116,4

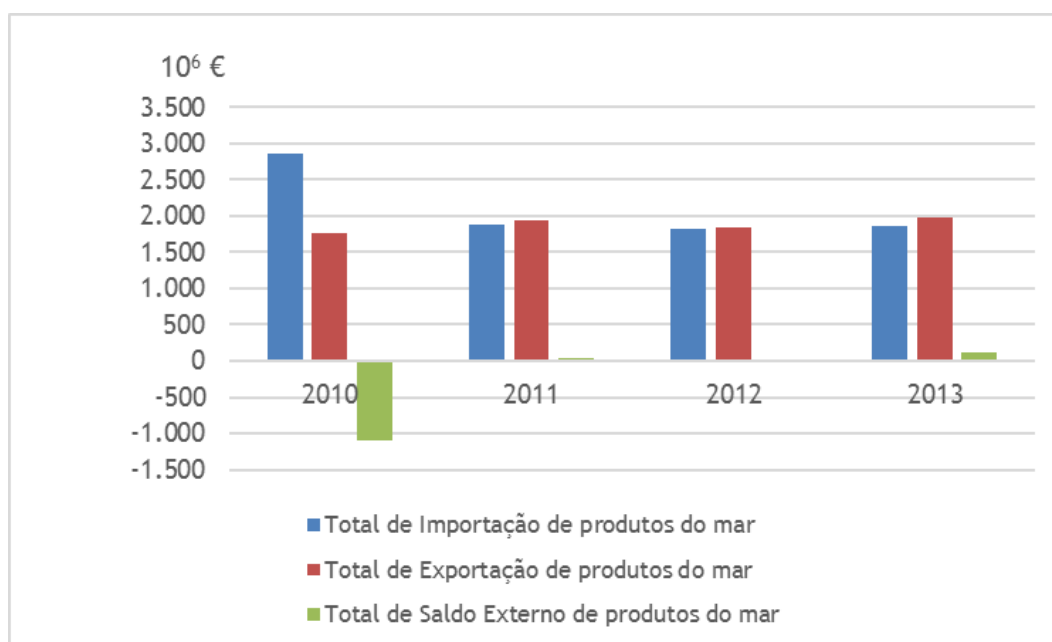
Fonte: INE, CSM

Figura 9 - Evolução 2010-2013. Importações e Exportações de produtos do “Mar”



Fonte: INE, CSM, CN

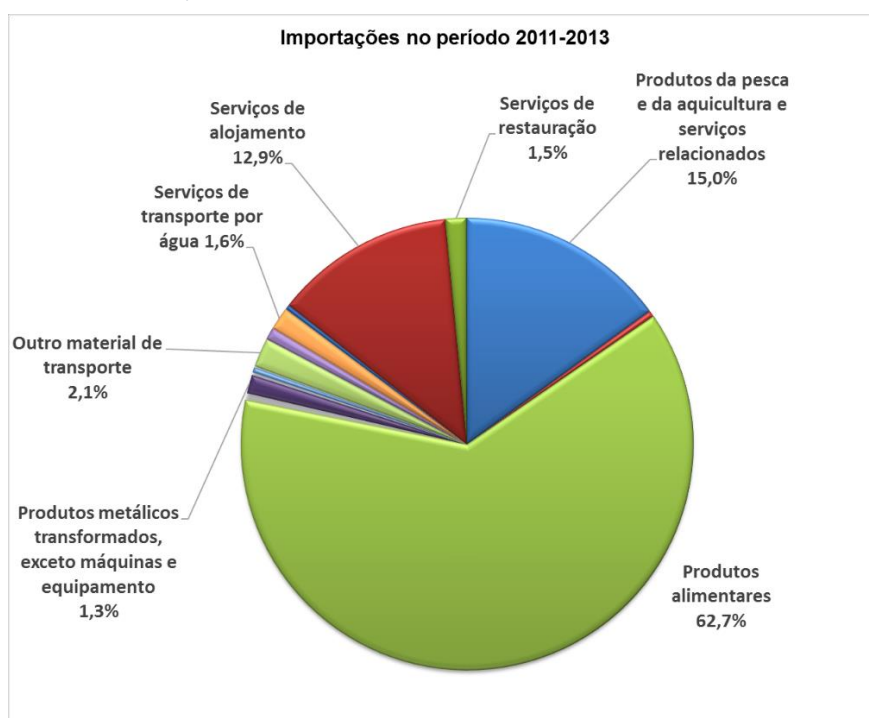
Figura 10 - Estrutura do Saldo Externo de produtos “Mar” no período 2010-2013 (M€)



Fonte: INE, CSM

Considerando apenas o período entre 2011 e 2013 (Figura 11), é possível observar que os produtos com maior relevância na estrutura das importações de produtos “Mar” são os produtos alimentares (produtos transformados, destacando-se o peixe fresco, refrigerado ou congelado e crustáceos, o peixe seco, salgado ou em salmoura; peixe fumado e, ainda, as conservas e outras preparações de peixe), com 62,7%, e os produtos da pesca e da aquicultura, com 15,0% do valor médio das importações no referido período.

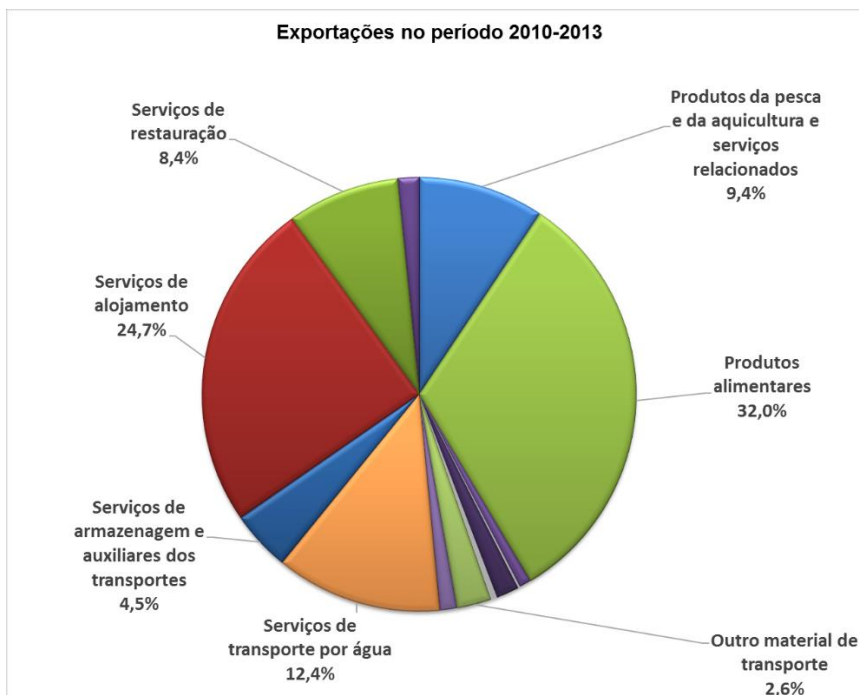
Figura 11 - Estrutura das Importações de produtos “Mar”, no período 2011-2013



Fonte: INE, CSM

Nas exportações de produtos “Mar” (Figura 12), comparativamente às importações, destaca-se uma prevalência menos acentuada dos produtos alimentares (32,0%) e dos produtos da pesca e da aquicultura (9,4%). Salienta-se o peso dos serviços de alojamento (24,7% do valor médio das exportações no período) e dos serviços de transporte por água (12,4%).

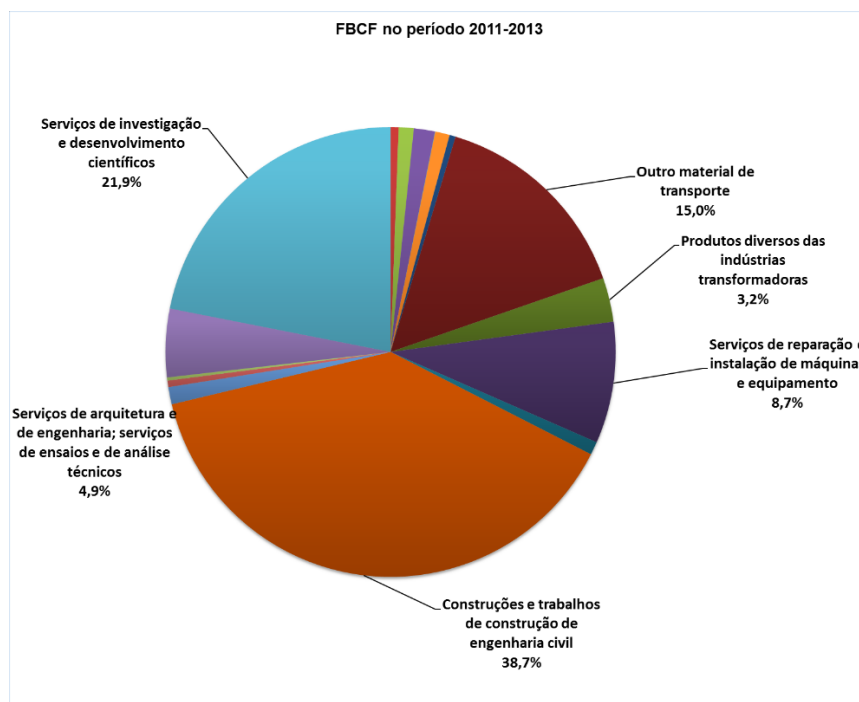
Figura 12 - Estrutura das Exportações de produtos “Mar”, no período 2010-2013



Fonte: INE, CSM

Considerando apenas o período 2011-2013, os produtos “Mar” com maior importância relativa em termos de FBCF, são as “construções e trabalhos de construção de engenharia civil”, com 38,7% e os “serviços de investigação e desenvolvimento científicos”, com 21,9% (Figura 13).

Figura 13 - FBCF em produtos “Mar”, no período 2011-2013



Fonte: INE, CSM

A análise da economia do período 2010-2013 realiza-se com recurso à CSM, complementada pela análise possível com base nas Contas das Empresas, para o período a partir de 2013.

Na Tabela 6 é apresentada a evolução entre os anos de 2013 e 2016 do setor empresarial para os agregados económicos de “Pesca e Aquicultura e Transformação e Comercialização dos seus Produtos”, de “Portos, Transportes e Logística” e “Construção, Manutenção e Reparação Naval”.

Em termos gerais, verifica-se um comportamento positivo dos indicadores ligados à atividade empresarial do setor do Mar, por norma superior ao registado em Portugal, especialmente no indicador volume de negócios.

Destaca-se na “Pesca e Aquicultura e Transformação e Comercialização dos seus Produtos” o comportamento do “Comércio a retalho de peixe, crustáceos e moluscos, em estabelecimentos especializados” que, apesar da diminuição do número de empresas (-23%) e pessoal ao serviço (-10%), cresce em volume de negócios (26%). A “preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos”, é a atividade mais relevante (60% do total da “Pesca e Aquicultura e Transformação e Comercialização dos seus Produtos” em 2016) e regista um crescimento do volume de negócios em linha com a atividade empresarial de Portugal (8%).

Os “Portos, Transportes e Logística” crescem significativamente em número de empresas, sendo de salientar as “atividades auxiliares dos transportes por água” que, apesar do crescimento do número de empresas (3%) e pessoal (5%), regista uma diminuição em volume de negócios (-3%).

De realçar, igualmente, que no agregado “Construção, Manutenção e Reparação Naval”, a “Construção de embarcações e estruturas flutuantes, exceto de recreio e desporto” regista uma diminuição de 5% em número de empresas. Excetua-se o setor de “Recreio e desporto” que cresce 15% em pessoal ao serviço e 174% em volume de negócios.

Não é possível apresentar o agregado de “Recreio, Desporto, Cultura e Turismo”, responsável por uma parte significativa do VAB da economia do mar. No que se refere ao turismo costeiro não se encontram disponíveis indicadores setoriais com a desagregação territorial definida na CSM, pelo que não são apresentados resultados a este nível. Apenas é de referir que em 2016 situam-se nas áreas costeiras 58,8% do total nacional de estabelecimentos turísticos, a que corresponde 77,4% do total nacional da capacidade disponível de camas. Os proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico localizados nas áreas costeiras representam 87,3% do total de proveitos a nível nacional e têm um aumento de 18,1% relativamente a 2015.

Considerando a variação dos agregados e indicadores apresentados para os anos de 2013-2016, perspetiva-se uma evolução positiva da Economia do Mar nas CN no período em questão.

Tabela 6 - Atividade empresarial entre os anos de 2013-2016

	Empresas (n.º)		Pessoal ao serviço (n.º)		Volume de Negócios (€)	
Portugal	↑	6%	↑	9%	↑	7%
Pesca e Aquicultura e Transformação e Comercialização dos seus Produtos						
<i>Pesca e Aquicultura (produção primária marinha)</i>	↑	2%	↑	2%	↑	14%
<i>Preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos</i>	↑	5%	↑	15%	↑	8%
<i>Comércio a retalho de peixe, crustáceos e moluscos, em estabelecimentos especializados</i>	↓	-23%	↓	-10%	↑	26%
Portos, Transportes e Logística						
<i>Transportes marítimos de passageiros</i>	↑	17%				
<i>Transportes marítimos de mercadorias</i>	↓	-6%	↓	-4%	↑	2%
<i>Aluguer de meios de transporte marítimo e fluvial</i>	↑	5%	↓	-1%	↑	8%
<i>Atividades auxiliares dos transportes por água</i>	↑	3%	↑	5%	↓	-3%
Construção, Manutenção e Reparação Navais						
<i>Construção de embarcações e estruturas flutuantes, exceto de recreio e desporto</i>	↓	-5%	↑	15%	↑	174%
<i>Construção de embarcações de recreio e de desporto</i>	↓	-2%	↑	31%	↑	73%
<i>Reparação e manutenção de embarcações</i>	↑	11%	↓	-1%	↑	15%

Fonte: INE, SCIE - dados extraídos em 29 de novembro de 2017

Uma análise sectorial mais detalhada encontra-se publicada no relatório anual [DGPM \(2017\), Economia do Mar em Portugal - 2016, Documento de Suporte ao Acompanhamento das Políticas do Mar, Relatório anual, Lisboa, dezembro 2017.](#)

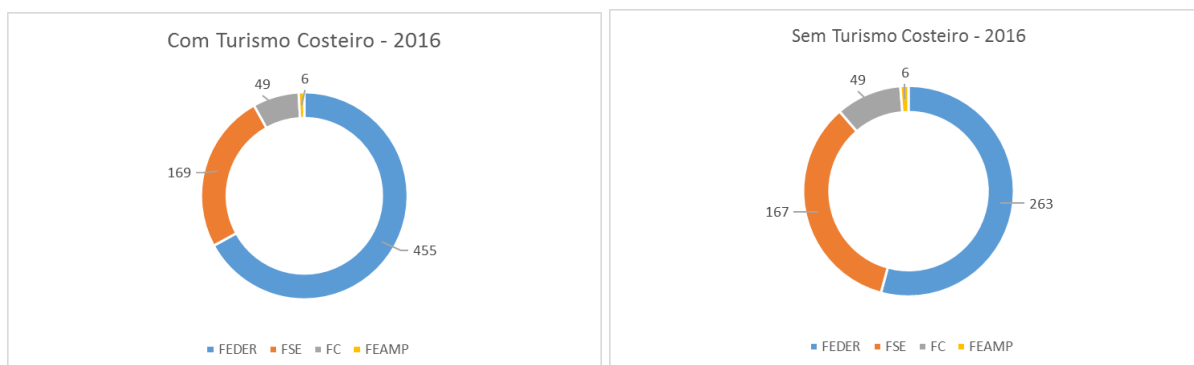
Capítulo 3.2 - Monitorização do contributo do Portugal 2020 para os objetivos da Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020

Capítulo 3.2.1 - Identificação de candidaturas aprovadas

Até 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas 679 operações na área do mar. Existem operações apoiadas pelo FEDER (67,0%), pelo FSE (24,9%), pelo FC (7,2%) e pelo FEAMP (0,9%). Ao turismo em zonas costeiras corresponde um número significativo, tendo neste âmbito sido aprovadas 194 operações a que corresponde 28,6% do total (Figura 14). No período em análise não se registaram operações aprovadas no PO Espaço Atlântico.

Apenas o Mar 2020 dispõe de dotação especificamente para projetos na área do mar. Contudo, no PO SEUR foram identificados avisos especificamente para projetos na área do mar, incluindo, mas não só, intervenções no litoral. É ainda de referir que não existe uma discriminação positiva de projeto em função do seu alinhamento com as políticas do mar nos PO do Portugal 2020. Apenas os OT e PI que têm alinhamento obrigatório ou preferencial com as ENEI e EREI discriminam positivamente a área do mar, já que ao nível destas Estratégias, quer sejam de âmbito regional ou Nacional, o mar é sempre identificado como uma prioridade.

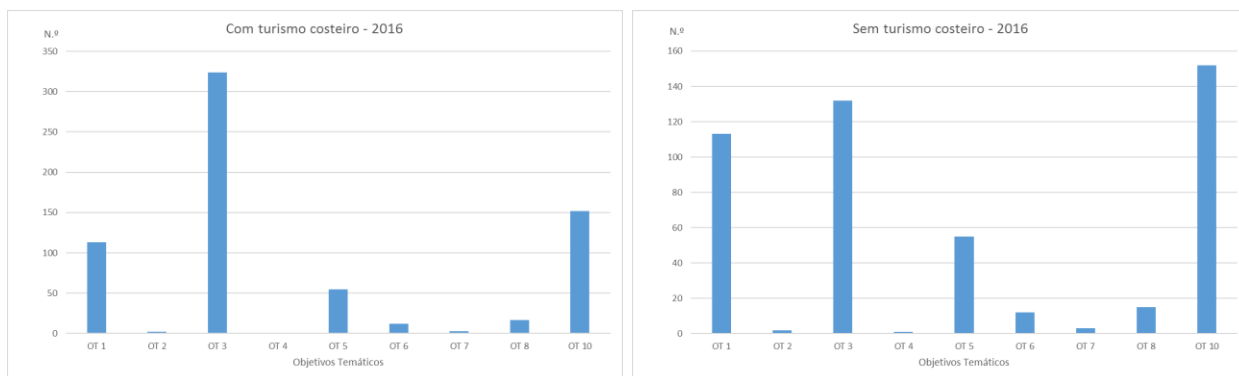
Figura 14 - Número de operações Mar aprovadas em 2016, com e sem turismo costeiro



Fonte: Dados fornecidos pelos Programas Operacionais

Uma análise por OT (Figura 15) permite verificar que o OT 3 - “Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas” se destaca em termos do número de operações aprovadas. No entanto, retiradas as ações na área do turismo costeiro verifica-se uma expressão relevante não só do OT3, que conta com 27,2% das operações, mas também do OT1 - “Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação”, com 23,3% das operações e o OT 10 - “Investir na educação, na formação profissional para aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida”, com 31,3% das operações. O OT5 - “Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção de riscos” conta com 11,3% das operações.

Figura 15 - Número de operações aprovadas por Objetivo Temático, com e sem turismo costeiro, em 2016



Fonte: Dados fornecidos pelos Programas Operacionais

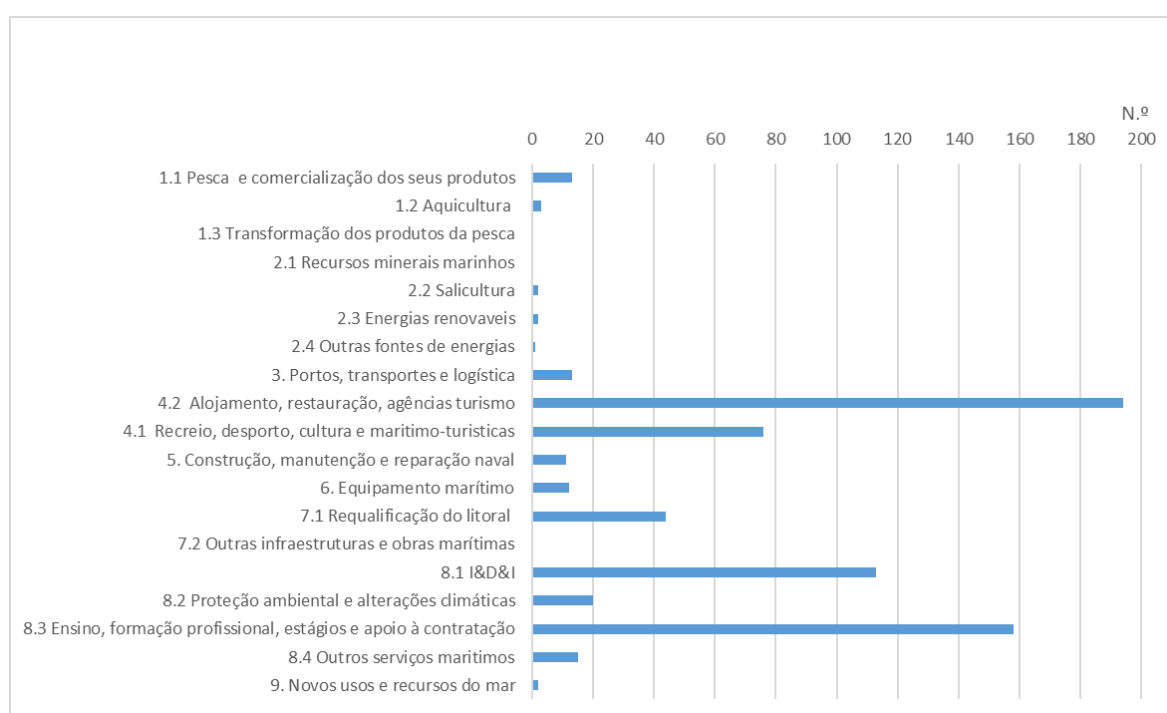
Na Figura 16 apresenta-se uma análise das operações aprovadas até 31 de dezembro de 2016 por áreas da economia do mar, procurando seguir uma categorização paralela à da CSM, verificando-se que:

- A maioria do número de operações pertence à categoria do turismo costeiro, basicamente alojamento, restauração e agências de turismo. Adicionalmente, e de forma complementar, é de assinalar um número muito significativo de operações na área do “Recreio, desporto, cultura e marítimo-turísticas”, mostrando um dinamismo na área da náutica;
- A área do “Ensino, formação profissional, estágios e apoio à contratação” apresenta também um elevado número de operações. Contudo, das 158 operações aprovadas, 143 são Unidades de Formação de Curta Duração na área da “Restauração e Hotelaria” dedicadas a ‘Preparação e confeção de peixes e mariscos’ e ‘Peixes e Mariscos’. Das restantes, 4 das operações referem-se a programas doutorais e bolsas pós-doutoramento;
- É de destacar que 23,3% das operações, sem considerar o turismo costeiro, são na área da Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (I&D&I);
- As obras de requalificação do litoral têm uma expressão elevada, contando com 9,1% das operações, sem considerar o turismo costeiro;
- No que se refere à proteção ambiental e alterações climáticas, as operações são na generalidade para o desenvolvimento de estratégias e planos de adaptação às alterações climáticas, sendo de evidenciar o financiamento do radar meteorológico da Região Autónoma da Madeira. É reduzido o número de operações dedicadas à observação de valores ambientais marinhos ou recuperação de espécies e habitats. Para 2017 espera-se um panorama diferente, atendendo a que o Programa Operacional para os Assuntos Marítimos e das Pescas (Mar 2020) já se encontra em velocidade cruceiro e tem um conjunto alargado de apoios no domínio da proteção do ambiente marinho;
- A área dos portos conta com cerca de 2,7% das operações, mas é de assinalar que apresentam o maior rácio de investimento por operação. No entanto, das 13 operações aprovadas apenas 3, todas na região dos Açores, estão classificadas no Objetivo Temático (OT) 7 - “Promover

transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas”.—É ao nível deste OT que são apoiados tanto os investimentos na rede transeuropeia de transportes (RTE-T) como os portos não RTE-T, como é o caso das duas operações em portos dos Açores financiadas pelo COMPETE;

- A fileira da pesca apresenta um número reduzido de operações, uma vez que o Mar 2020 abriu as operações apenas em 2016 e só atingiu a velocidade de cruzeiro em 2017;
- Os restantes 9,3% das operações, sem contar com o turismo costeiro, correspondem às restantes áreas da economia do mar.

Figura 16 - Número de operações aprovadas por Sector económico ou área de investimento na economia do mar, em 2016

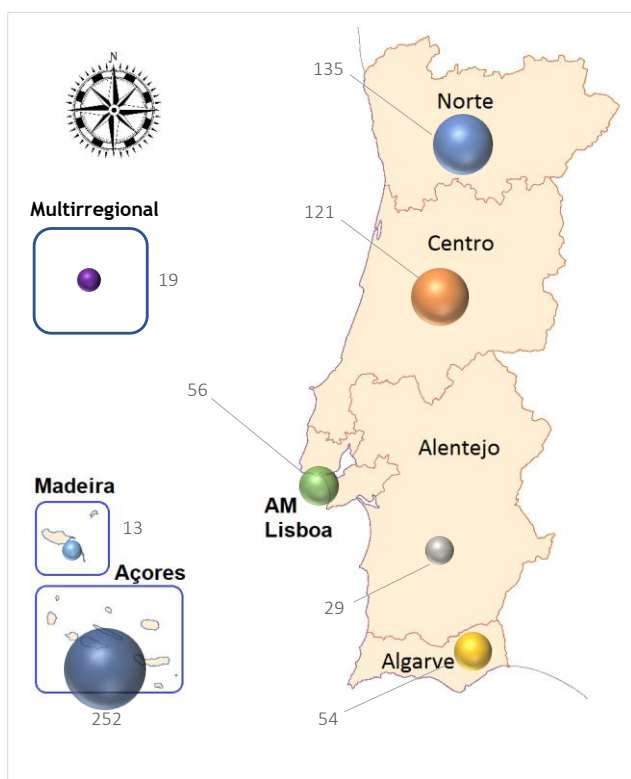


Fonte: Dados fornecidos pelos Programas Operacionais

No entanto, a territorialização das operações aprovadas neste período (Figura 17) evidencia que o maior número de operações aprovadas tem maior incidência nos Açores (252 projetos, 37,1%), seguida pela região Norte (135 operações, 19,9%) e pela região Centro (121 operações, 17,8%). A Área Metropolitana de Lisboa conta com o mesmo nível de número de operações que o Algarve, 56 e 54 operações (8,2% e 8,0%), respetivamente. Por último o Alentejo com 29 operações (4,3%) e a Madeira com 13 apenas (1,9%). Há um conjunto de 19 operações (2,8%) que são multirregionais.

Figura 17 - Número de operações Mar aprovadas em 2016, por NUTS II

Número de operações Mar aprovadas
(n.º)



Fonte: Dados fornecidos pelos Programas Operacionais

Capítulo 3.2.2 - Monitorização dos resultados dos FEEL no mar

Foram aprovados no Portugal 2020, até 31 de dezembro de 2016, 451,6M€ dedicados a operações na área do mar, a que corresponde um investimento elegível de 430,2M€ e um montante de fundos comunitários de 314,5M€. Não considerando o turismo costeiro, o investimento total aprovado é de 364M€, a que corresponde um montante de fundos comunitários de 269,7M€ (Tabela 7).

É de assinalar que as operações Mar aprovadas até final de 31 de dezembro de 2016 correspondem a cerca de 1,5% do montante global do Portugal 2020 para o período 2014-2020, não considerado o FEADER e a Iniciativa Emprego Jovem em Portugal. Este é um valor acumulado considerando que a abertura do primeiro concurso do Portugal 2020 ocorreu a 12 de novembro de 2014. Resultados da CSM evidenciam que a importância relativa do investimento Mar (medida através da FBCF) é de 1,4% em 2011 e 1,6% em 2013.

O FEDER ocupa a primeira posição em matéria de financiamento de operações Mar, contando com 46,3% do total (Figura 18).

Apesar do FC apoiar um número restrito de operações (7%), contribui com 27,5 % para o total de fundos que no Portugal 2020 apoiam operações Mar. O FC apoia 49 operações, 2 na área dos portos nos Açores (OT 07 - “Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas”) e as restantes fundamentalmente na área da ação no litoral, incluindo operações de adaptação às alterações climáticas. Merece igualmente destaque o apoio relativo ao radar meteorológico da região da Madeira.

O FSE aparece em terceiro lugar correspondendo a 25,7% do financiamento de operações Mar.

Por último aparece o FEAMP garantindo apenas 0,5% do financiamento de operações na área do mar situação que se inverterá em 2017, ano em que o Mar 2020 atinge a velocidade cruzeiro.

Apesar de 28,6 % das operações serem na área do turismo em zonas costeiras, o montante de investimento total correspondente é de cerca de 19,4% e em termos de fundo comunitário apenas 14,2%. As operações nesta área são fundamentalmente apoiadas pelo FEDER através do OT 3 - “Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas”.

Em 31 de dezembro de 2016 verifica-se um reduzido número de operações apoiadas pelo FEAMP, situação que se inverte ao longo de 2017, tendo-se atingido a velocidade cruzeiro de implementação do Mar 2020, situação que aparecerá refletida no próximo relatório do ITI Mar.

Tabela 7 - Quadro síntese das operações com Mar aprovadas em 2016

Programa	Operações aprovadas MAR					
	Nº	Investimento / custo total	Investimento / custo elegível	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Investimento / custo médio por operação
		M€	M€	M€	%	
Portugal 2020						
FEDER	455	255,5	236,9	145,5	46,3	0,6
FSE	169	89,8	89,8	80,8	25,7	0,5
FC	49	104,6	101,8	86,5	27,5	2,1
FEAMP	6	1,7	1,7	1,7	0,5	0,3
Total	679	451,6	430,2	314,5	100,0	3,5
Portugal 2020 (sem turismo nas zonas costeiras)						
FEDER	263	168,0	159,3	100,8	37,4	0,6
FSE	167	89,7	89,7	80,7	29,9	0,5
FC	49	104,6	101,8	86,5	32,1	2,1
FEAMP	6	1,7	1,7	1,7	0,6	0,3
Total	485	364,0	352,5	269,7	100	3,6

Fonte: Dados fornecidos pelos Programas Operacionais

Figura 18 - Percentagem dos Fundos Comunitários aprovados em operações Mar, com e sem turismo costeiro, em 2016



Fonte: Dados fornecidos pelos Programas Operacionais

Na Tabela 14, no Anexo IV, é apresentada a distribuição das operações aprovadas por PO. Os PO temáticos destacam-se no apoio a projetos Mar. O COMPETE 2020 conta com 24,8% do total do apoio, o PO CH com 22,2% e o PO SEUR com 21,2%. O POISE até 31 de dezembro de 2016 não tinha aprovado nenhuma ação específica na área do mar.

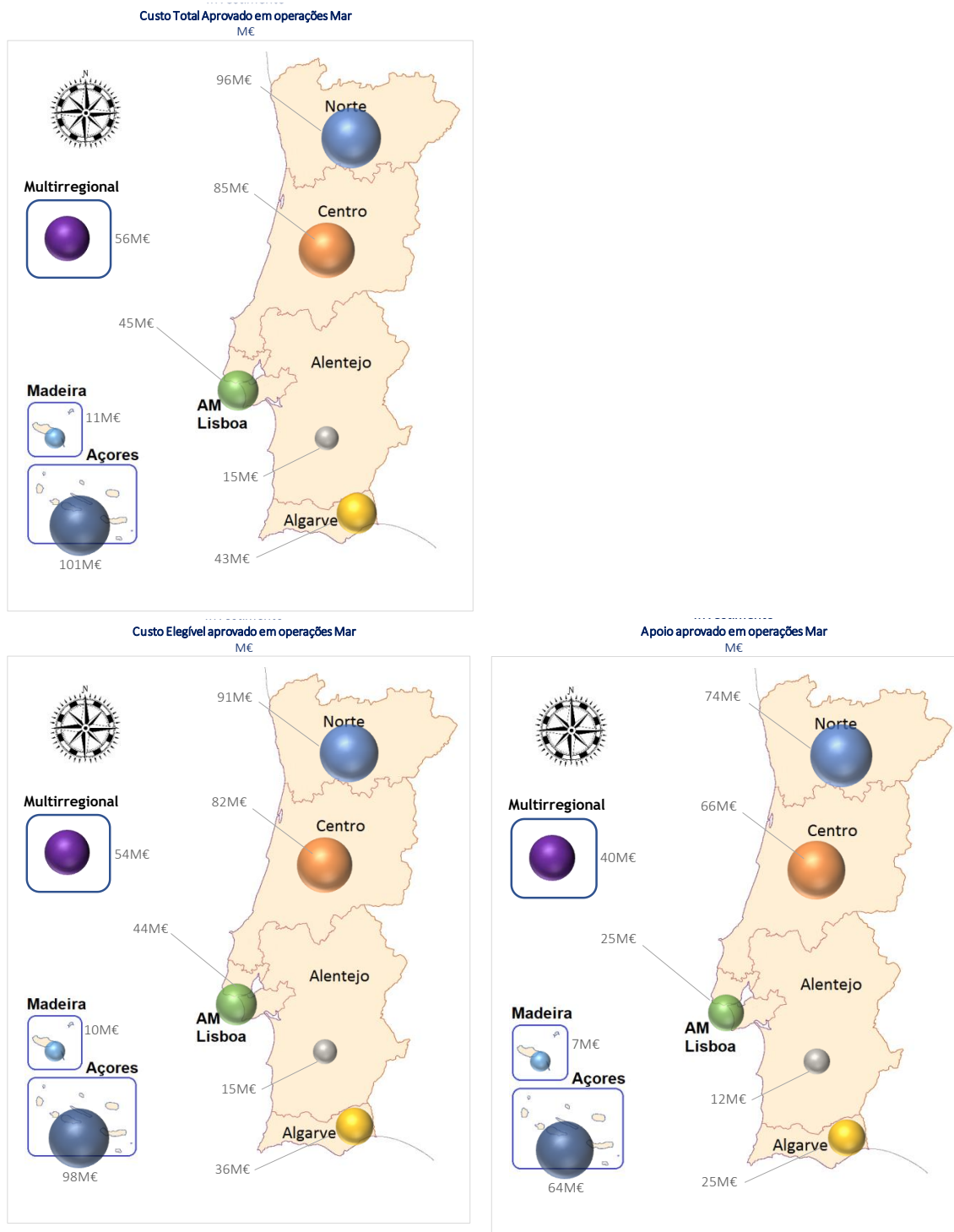
No PO CH a maior parte das ações identificadas são na área da “Restauração e Hotelaria” e correspondem aos Cursos ‘Técnico/a de Cozinha/Pastelaria’, ‘Cozinha’, ‘Técnico de Restauração Cozinha/Pastelaria’ e ‘Técnicas de Cozinha/Pastelaria’). Foram apoiadas Unidades de Formação de Curta Duração especificamente mar, a saber: ‘Preparação e confeção de peixes e mariscos’ e ‘Peixes e Mariscos’.

No conjunto dos PO regionais, o PO Açores destaca-se com 13,9 % de todo o apoio comunitário em operações Mar aprovados até 31 de dezembro de 2016.

No entanto, a territorialização das operações aprovadas neste período (Figura 19) evidencia que:

- À NUT II do Norte corresponde um investimento total em operações Mar aprovado até 31 de dezembro de 2016 de 96,1 M€ (21,3%), ao Centro 84,9 M€ (18,8%), à Área Metropolitana de Lisboa 44,8 M€ (9,9%), ao Alentejo 14,9 M€ (3,3%), ao Algarve 43,3 M€ (9,6%), aos Açores 100,9 M€ (22,4%) e à Madeira 10,9 M€ (2,4%).
- A hierarquia entre regiões em termos de investimento total e de volume de fundo aprovado é equivalente, e similar à encontrada ao nível do número de operações aprovadas, apesar das operações multirregionais assumirem uma posição mais relevante quando comparadas com o número de operações aprovado, contando com cerca de 12,3% do investimento e de fundo aprovados;

Figura 19 - Custo total, montante elegível e apoio aprovado das operações Mar em 2016, por NUTS II



Fonte: Dados fornecidos pelos Programas Operacionais

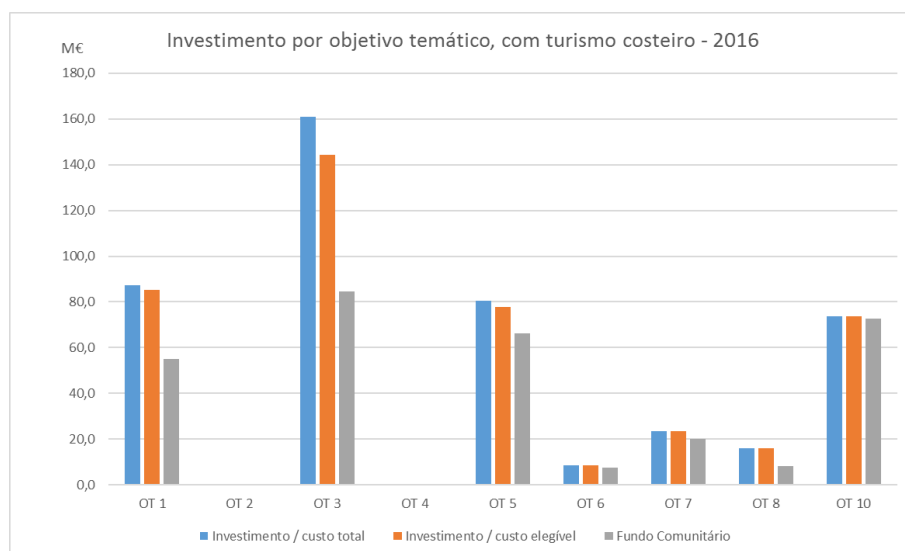
O investimento aprovado em operações Mar (Figura 20) concentram-se no OT 3 - “Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas” (35,6 %) apesar do volume de fundos aprovado que lhe é correspondente (26,9%) estar mais próximo do volume de fundos aprovados ao nível do OT 5 - “Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos” (21,0%) e do OT 10 -

“Investir na educação, na formação e na formação profissional para aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida” (23,1 %).

Uma análise equivalente aos projetos Mar sem considerar o turismo costeiro (Figura 21) permite verificar que:

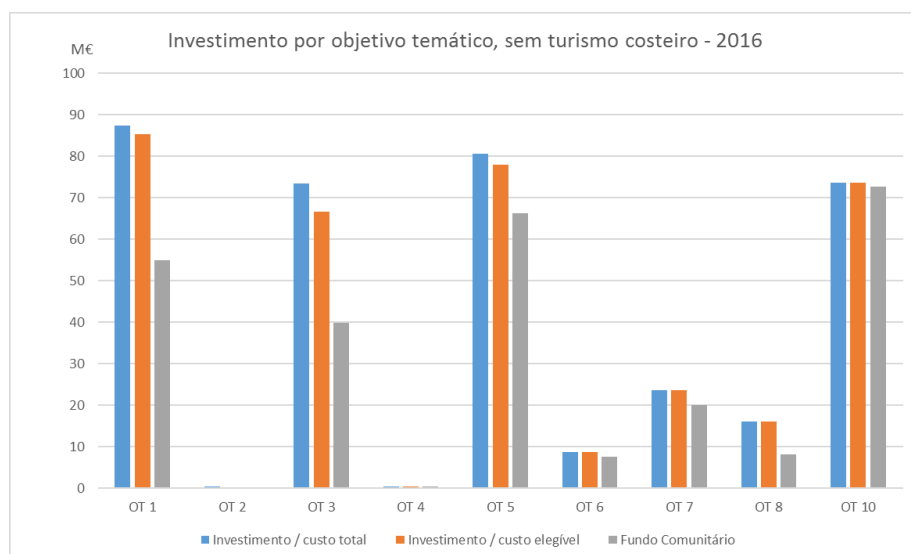
- O investimento total e o volume de fundos aprovados ao nível do OT 1 - “Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação” são os mais significativos (cerca de 24,0%), ou seja, cerca de 87,3 M€ de investimento e 55,0 M€ de fundos;
- O OT5 - “Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos”, o OT3 - “Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas” e o OT 10 - “Investir na educação, na formação e na formação profissional para aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida” apresentam também níveis de investimento total e volume de fundos aprovados significativos, ou seja, cerca de 20,2 a 22,1% em termos de investimento e 18,9 a 22,1% em termos de volume de investimento;
- O OT 7 - “Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas” conta com 6,5 % do investimento total, 23,5 M€, e 6,7% de volume de fundos aprovados, 20,0 M€;
- Os OT 2 (TIC), OT4 (transição para uma economia de baixo teor de carbono), OT6 (proteger o ambiente e promover a eficiência energética) e o OT 8 (promover o emprego) contam no seu conjunto com cerca de 7,0% do investimento total em projetos Mar.

Figura 20 - Custo total, montante elegível e apoio aprovado das operações Mar por Objetivo Temático, com turismo costeiro, em 2016



Fonte: Dados fornecidos pelos Programas Operacionais

Figura 21 - Custo total, montante elegível e apoio aprovado das operações Mar por Objetivo Temático, sem turismo costeiro, em 2016



Fonte: Dados fornecidos pelos Programas Operacionais

Considerando as várias áreas da economia do mar (Figura 22 e Tabela 17 do Anexo IV), categorizadas de forma similar ao adotado pela CSM, verifica-se que o investimento ao nível do turismo costeiro se destaca, com cerca de 19,4%, sendo este o sector mais representativo na estrutura da Economia do Mar em Portugal de acordo com a CSM publicada pelo INE. Associado ao turismo costeiro pode referir-se a relevância do sector da náutica, a que corresponde 5,9% do investimento aprovado.

O investimento em I&D&I, bem como na requalificação do litoral, também se destacam com cerca de 19,3% e 16,3%, respetivamente. Estes resultados estão em linha com o que já foi identificado pela CSM, ou seja, no período 2011-2013, os produtos com maior importância relativa em termos de FBCF foram as construções e trabalhos de construção de engenharia civil, em que se incluem também os trabalhos de intervenção no litoral, com 38,7%, e os serviços de investigação e desenvolvimento científicos, com 21,9%.

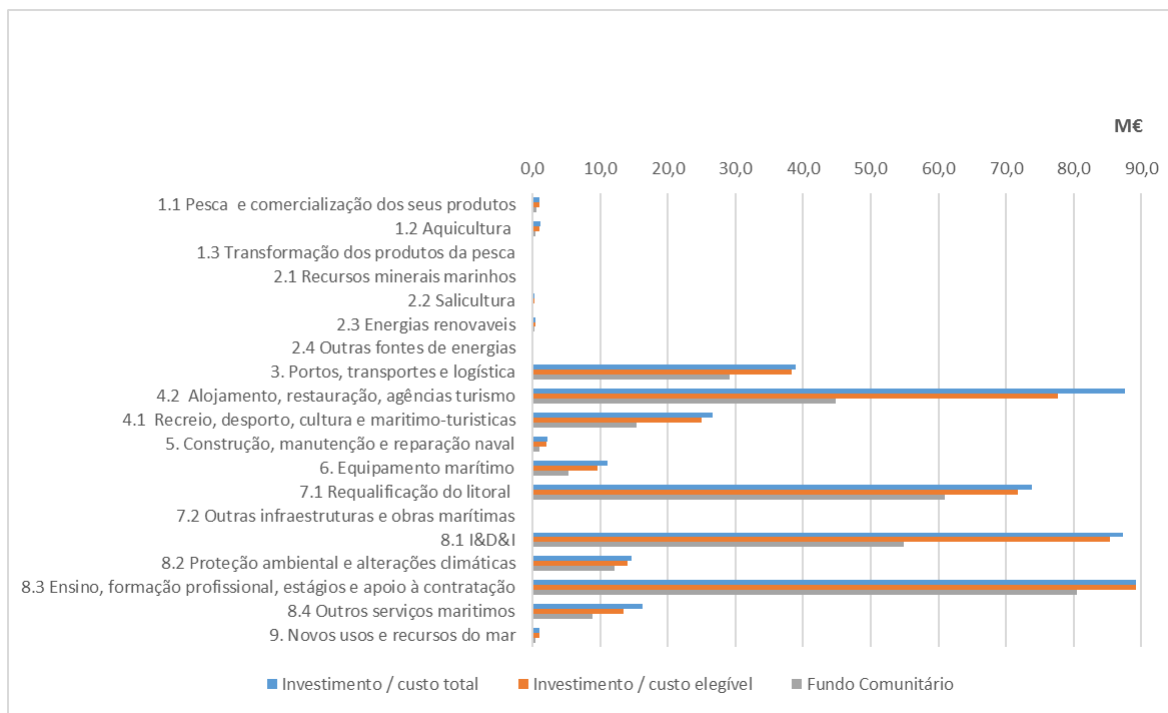
O investimento total aprovado na área do ensino e formação profissional é elevado, mas é de realçar o peso dos projetos identificados ao nível de cursos na área da hotelaria. Saliente-se que o FOR-MAR, Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar, tem vindo a ser financiado unicamente pelo orçamento do Instituto do Emprego e Formação Profissional, sem participação do PO CH, designadamente no âmbito dos cursos de aprendizagem e cursos de educação e formação de adultos, o que poderá ser uma das razões por não terem sido identificadas um maior número de operações de formação profissional financiadas pelo Portugal 2020 noutras áreas da economia do mar.

A área dos portos, transportes e logística conta com 8,6% do investimento total aprovado, sendo o sector comercial da economia do mar que mais se destaca. Mas, como já referido, das 13 operações aprovadas apenas 3, todas na região dos Açores, estão classificadas no OT 7. É ao nível deste OT que

são apoiados tanto os investimentos na rede transeuropeia de transportes (RTE-T) como os portos não RTE-T, como é o caso das duas operações em portos dos Açores financiadas pelo COMPETE.

Em 2017, com o Mar 2020 em velocidade cruzeiro, é expectável um maior volume de investimento em proteção do ambiente marinho, bem como ao nível da fileira da pesca.

Figura 22 - Investimento (M€) por Sector económico ou área de investimento na economia do mar, em 2016



Fonte: Dados fornecidos pelos Programas Operacionais

Capítulo 3.2.3 - Monitorização das realizações dos FEEL no mar

No que se relaciona com as realizações contratualizados pelos PO no conjunto de operações Mar aprovadas até 31 de dezembro de 2016, apresenta-se no Anexo III a Tabela 19 com a informação disponível por indicador, sendo de evidenciar:

- No domínio da Competitividade e Internacionalização e ao nível do reforço da investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação, destacam-se as 53 operações na área de I&D&I apoiadas pelos COMPETE 2020, NORTE 2020, CENTRO 2020, MADEIRA 14-20 e AÇORES 2020, e 37 empresas que beneficiam de apoio pelos COMPETE 2020, NORTE 2020, CENTRO 2020, MADEIRA 14-20 e CRESC ALGARVE 2020. O número de empresas em cooperação com instituições de investigação apoiadas pelos PO COMPETE 2020, CENTRO 2020 e CRESC ALGARVE 2020, foi de 27;
- No quadro do reforço da competitividade das PME e dos setores agrícola das pescas e da aquicultura, e ao nível do apoio à exploração económica de novas ideias e criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas, destacam-se as 136 novas empresas apoiadas e as 138 empresas que beneficiam de apoio, pelos PO CENTRO 2020, MADEIRA 14-20, ALENTEJO 2020, CRESC ALGARVE 2020 e AÇORES 2020;
- Ao nível do desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais de internacionalização para as PME, registam-se 14 operações de promoção turística, apoiados pelo PO CRESC ALGARVE 2020, e 20 empresas que beneficiam de apoio, pelos PO COMPETE 2020, NORTE 2020, CENTRO 2020, MADEIRA 14-20 e ALENTEJO 2020;
- De referir ainda o apoio à criação e alargamento de capacidade avançadas de desenvolvimento de produtos e serviço, registando-se 27 empresas apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa, apoiadas pelos PO COMPETE 2020, NORTE 2020, MADEIRA 14-20, CRESC ALGARVE 2020, e 42 empresas que beneficiam de apoio pelos COMPETE 2020, NORTE 2020, CENTRO 2020, MADEIRA 14-20, ALENTEJO 2020, CRESC ALGARVE 2020 e AÇORES 2020;
- No domínio do Capital Humano é de registar o número significativo de apoios designadamente o número de 4.313 jovens apoiados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3, pelo PO CH e AÇORES 2020; as 1.481 pessoas apoiadas nos cursos de aprendizagem de dupla certificação de nível ISCED 3; os 1.301 adultos apoiados em cursos de formação de certificação escolar e/ou

profissional, pelo PO CH, e os 702 bolsiros de doutoramento apoiados pelo PO CH, NORTE 2020 e MADEIRA 14-20;

- No domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos as operações aprovadas são relativas à extensão da faixa costeira intervencionada para proteção de pessoas e bens, com intervenção em 47,89 km e à superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação, com 12.622 hectares abrangidos, com todas as operações apoiadas pelo PO SEUR e AÇORES 2020, na Região Autónoma dos Açores;
- Por último é de referir que no domínio da Inclusão Social e Emprego não foram reportadas operações.

Capítulo 3.2.4 - Monitorização do interesse de potenciais promotores na temática do mar

O recurso ao mecanismo de assistência do ITI Mar por potenciais promotores de projetos na temática do mar (Tabela 8) começa a verificar-se quando se inicia a divulgação do mecanismo, sobretudo com a elaboração do Quadro de Referência, a ida a eventos (Business2Sea, Conferências do Mar), a produção de materiais promocionais e a criação do balcão de atendimento presencial, telefónico e eletrónico.

Tabela 8 - Número de solicitações de esclarecimento endereçadas à DGPM sobre os fundos Mar

Ano	Solicitações
2015	1
2016	26

Fonte: DGPM

Capítulo 4 - Monitorização do contributo do Portugal 2020 para o Plano de Ação para o Atlântico (EMUEAA)

Analisa-se o contributo dos PO a nível nacional para a implementação do PAA, uma vez que até 31 de dezembro de 2016 não tinham sido aprovadas operações no PO Espaço Atlântico. Na Tabela 9 e na Figura 23 e Figura 24 apresenta-se o contributo por objetivo específico do PAA. Das 679 operações Mar aprovadas no Portugal 2020, 617 contribuem para esta estratégia, num investimento total de 356,8 M€ e um volume de fundos comunitários de 243,0 M€.

Tabela 9 - Contributo por objetivo específico do Plano de Ação da Estratégia da UE para a Área do Atlântico

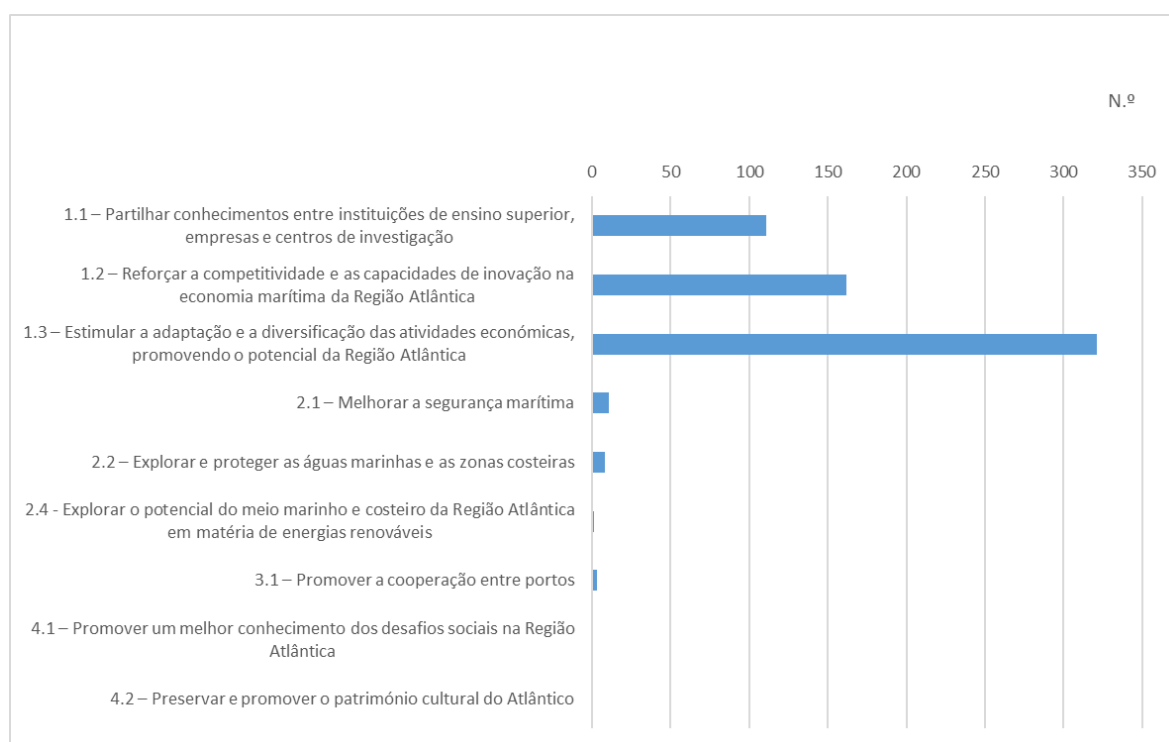
Estratégia do Atlântico	Operações aprovadas MAR					
	Nº	Investimento / custo total	Investimento / custo elegível	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Investimento / custo médio por operação
		M€	M€	M€	%	
Prioridades						
1 - Promover o empreendedorismo e a inovação	594	319,4	301,0	211,3	87,0	0,5
2 - Proteger, assegurar e desenvolver o potencial do meio marinho e costeiro do Atlântico	20	13,9	13,7	11,7	4,8	0,7
3 - Melhorar a acessibilidade e a conectividade	3	23,5	23,5	20,0	8,2	7,8
4 - Criar um modelo de desenvolvimento regional sustentável e socialmente inclusivo	0	0	0	0	0	na
Total contributo para Estratégia do Atlântico	617	356,8	338,3	243,0	100	
Total contributo para a Estratégia do Atlântico % do total Mar	90,9	79,0	78,6	77,3		
Objetivos específicos						
1.1 - Partilhar conhecimentos entre instituições de ensino superior, empresas e centros de investigação	111	86,7	84,7	54,4	22,4	0,8
1.2 - Reforçar a competitividade e as capacidades de inovação na economia marítima da Região Atlântica	162	73,3	73,3	72,0	29,6	0,5
1.3 - Estimular a adaptação e a diversificação das atividades económicas, promovendo o potencial da Região Atlântica	321	159,3	143,0	84,9	35,0	0,5
2.1 - Melhorar a segurança marítima	11	2,3	2,3	2,0	0,8	0,2
2.2 - Explorar e proteger as águas marinhas e as zonas costeiras	8	11,2	11,0	9,4	3,9	1,4
2.4 - Explorar o potencial do meio marinho e costeiro da Região Atlântica em matéria de energias renováveis	1	0,4	0,4	0,3	0,1	0,4
3.1 - Promover a cooperação entre portos	3	23,5	23,5	20,0	8,2	7,8

4.1 - Promover um melhor conhecimento dos desafios sociais na Região Atlântica	0	0	0	0	0	na
4.2 - Preservar e promover o património cultural do Atlântico	0	0	0	0	0	na

Fonte: Dados fornecidos pelos Programas Operacionais

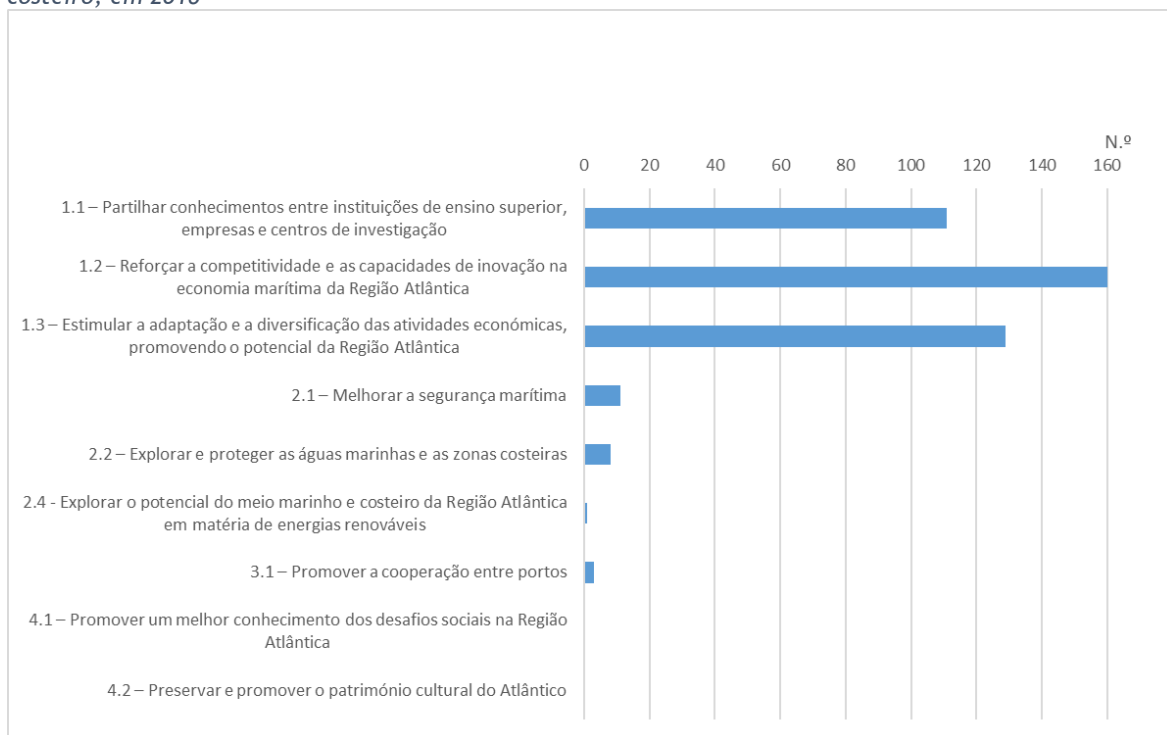
Tendo em consideração a metodologia estabelecida para estabelecimento da relação entre os PO e os Objetivos Específicos do PAA, verifica-se uma concentração de projetos nos objetivos específicos 1.1 e 1.2, dedicados ao I&D&I, e no 1.3, dedicado à promoção da atividade económica na área do mar.

Figura 23 - Número de operações aprovadas por objetivos específicos da Estratégia do Atlântico, com turismo costeiro, em 2016



Fonte: Dados fornecidos pelos Programas Operacionais

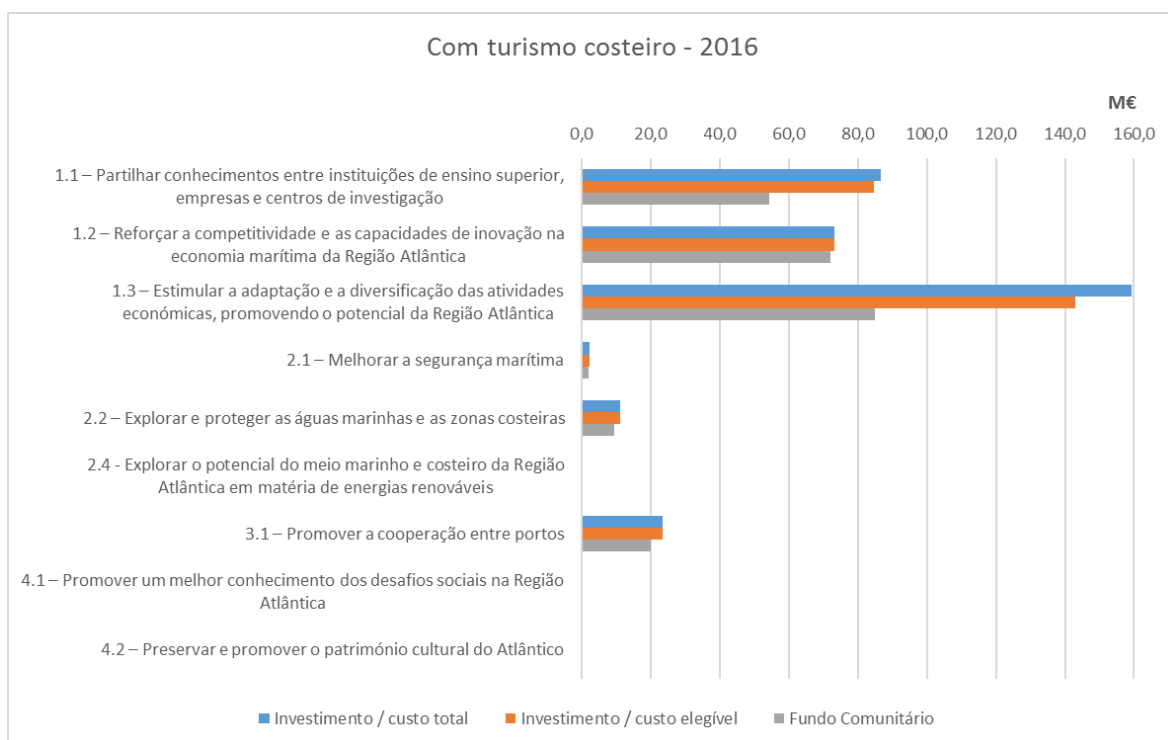
Figura 24 - Número de operações aprovadas por objetivos específicos da Estratégia do Atlântico, sem turismo costeiro, em 2016



Fonte: Dados fornecidos pelos Programas Operacionais

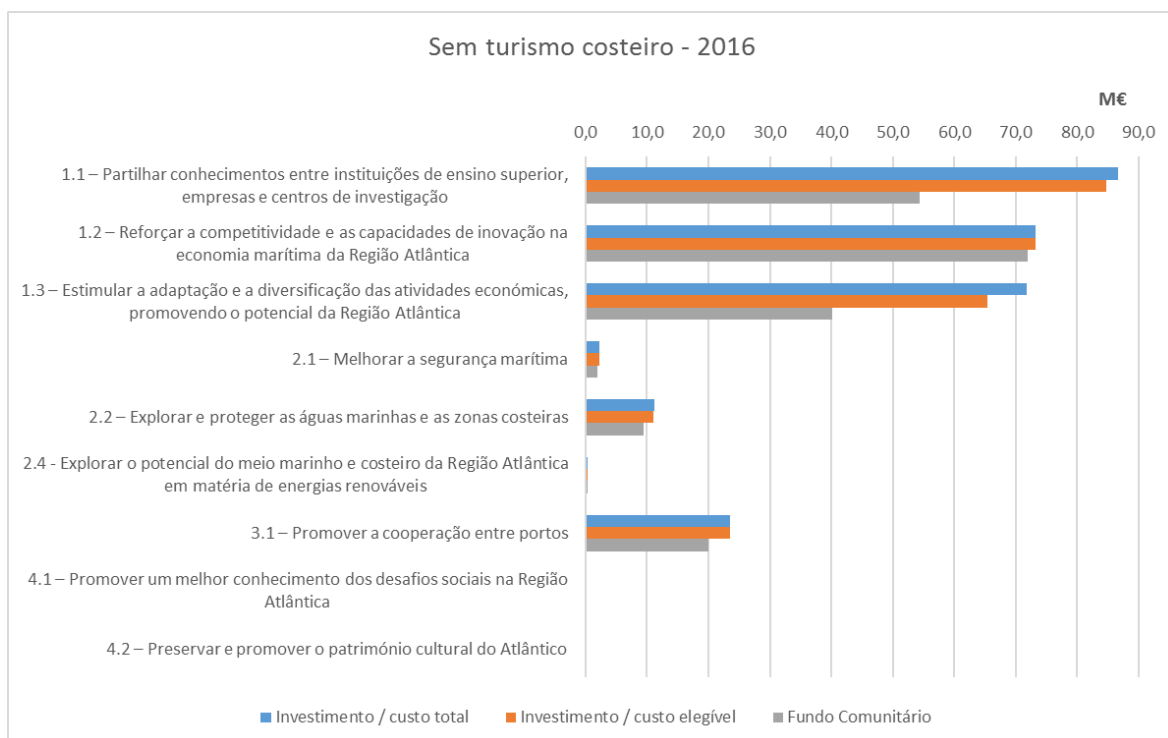
O Portugal 2020 aprovou até 31 de dezembro de 2016 um investimento total de 356,8 M€ e um volume de fundos da ordem dos 243,0 M€ que contribuem para o PAA. As operações no sector do turismo costeiro têm significado, mas são também apoiados outros sectores. Salienta-se o volume de investimento no domínio do I&D&I. Apesar de terem sido aprovados um reduzido número de projetos na área dos portos, o custo por projeto é elevado (Figura 25, Figura 26, Figura 27 e Figura 28).

Figura 25 - Investimento em operações aprovadas por objetivos específicos da Estratégia do Atlântico, com turismo costeiro, em 2016



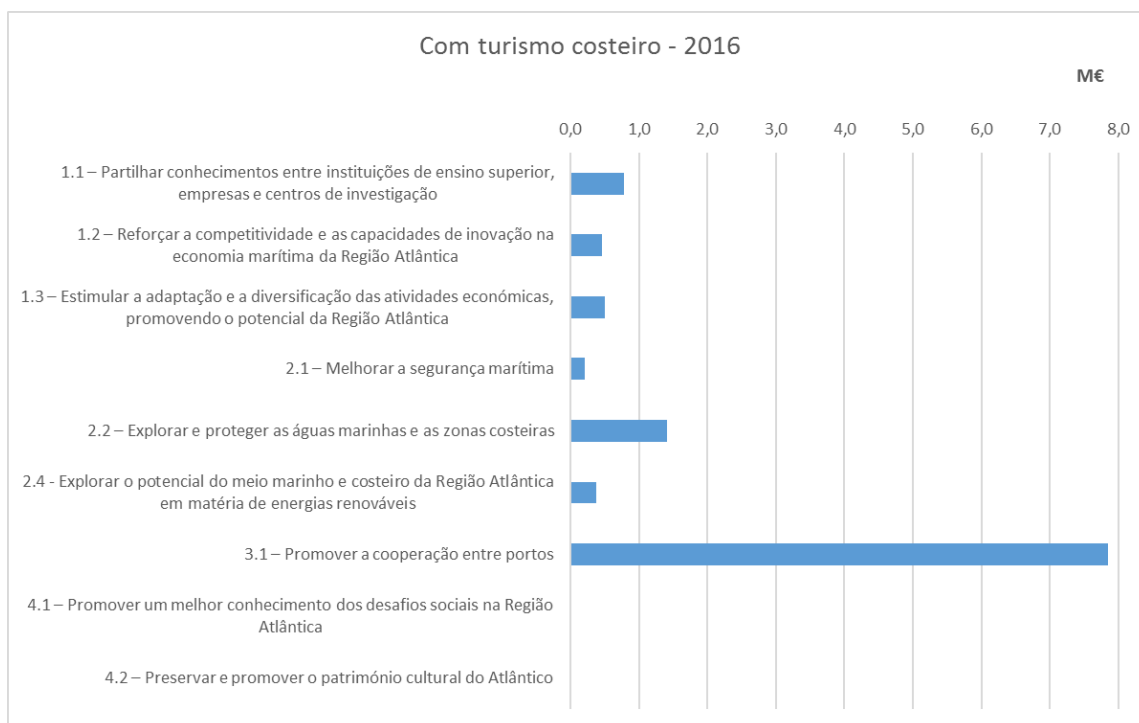
Fonte: Dados fornecidos pelos Programas Operacionais

Figura 26 - Investimento em operações aprovadas por objetivos específicos da Estratégia do Atlântico, sem turismo costeiro, em 2016



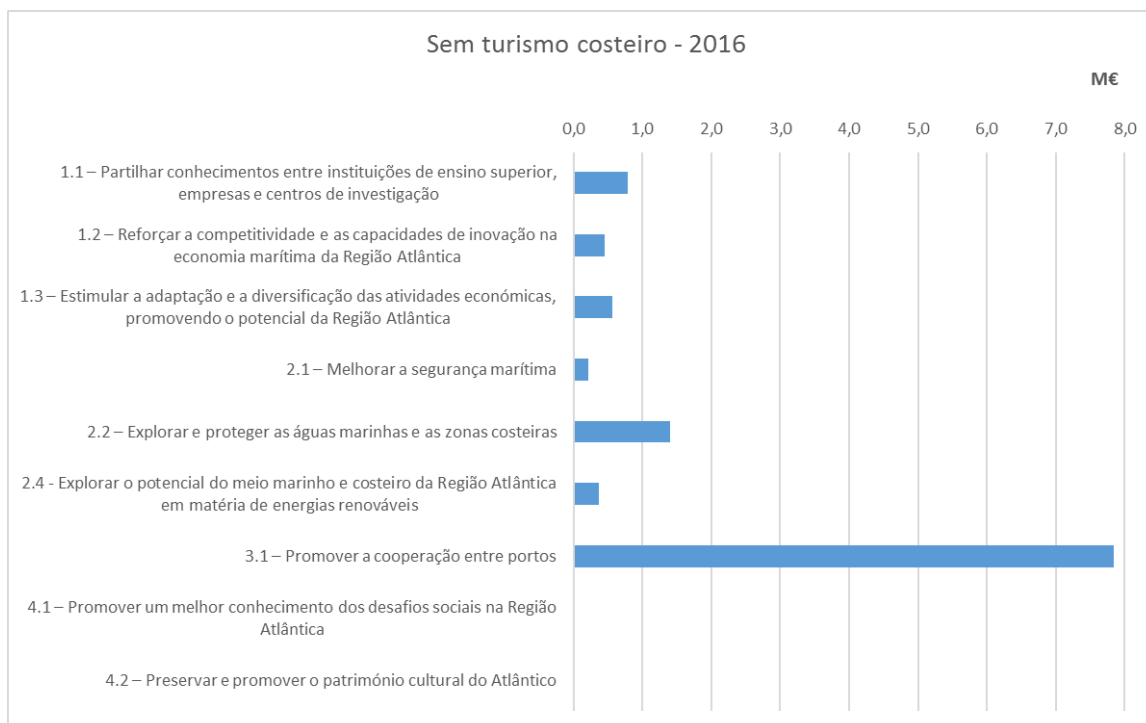
Fonte: Dados fornecidos pelos Programas Operacionais

Figura 27 - Custo médio por operação aprovada por objetivos específicos da Estratégia do Atlântico, em 2016



Fonte: Dados fornecidos pelos Programas Operacionais

Figura 28 - Custo médio por operação aprovada por objetivos específicos da Estratégia do Atlântico, sem turismo costeiro, em 2016



Fonte: Dados fornecidos pelos Programas Operacionais

Por último refira-se que não existe qualquer discriminação positiva nos PO do Portugal 2020 no que se refere ao alinhamento das operações com o PAA.

Capítulo 5 - Considerações finais

Os resultados apresentados resultam do primeiro exercício de monitorização integrada do apoio de fundos comunitários às políticas do mar, pelo que este trabalho deve ser considerado apenas um ponto de partida que será aperfeiçoado em anos subsequentes, à medida que as entidades que integram a Comissão de Implementação do ITI Mar aprofundam o conhecimento e a prática nesta área de análise.

Em 2018 pretende-se realizar esta monitorização em paralelo com a elaboração dos Relatórios Anuais de execução dos PO e, desta forma, terminar o exercício no primeiro semestre.

Em 31 de dezembro de 2016, data a que respeita o presente relatório no que se refere a resultados de execução dos PO, ainda se verificava um reduzido número de operações apoiadas pelo FEAMP, situação que se inverteu ao longo de 2017, tendo-se atingido a velocidade cruzeiro de implementação do Mar 2020 que aparecerá refletida no próximo relatório do ITI Mar.

Está em curso um processo de articulação com um conjunto alargado de entidades no sentido de melhorar a informação compilada, no que se refere a indicadores relevantes para a monitorização estratégica das políticas do mar.

ANEXO I - Alinhamento entre a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 e as Prioridades de Investimento do Portugal 2020

Tabela 10 - Intensidade de alinhamento entre a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 e as Prioridades de Investimento do Portugal 2020

Objetivos Temáticos	Prioridades de Investimento	Fundo	ENM 2013-2020	Intensidade do alinhamento Portugal 2020/ENM 2013-2020 (1 a 5)
Domínio da Competitividade e Internacionalização				
OT 1 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	1.1. Reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu	FEDER	Educação, Ciência e Tecnologia	5
	1.2. Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento (I&D) e o setor do ensino superior, em especial a promoção do desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social, eco inovação e aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, <i>clusters</i> e inovação aberta através da especialização inteligente, apoio à investigação tecnológica aplicada, linhas piloto, ações de validação precoce de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais e à difusão de tecnologias de interesse geral	FEDER	Educação, Ciência e Tecnologia	5
OT 2 - Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade	2.3. Reforço das aplicações de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na administração em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	FEDER	Governança	4
OT 3 - Reforçar a competitividade e das PME e dos setores agrícola das pescas e da aquicultura	3.1. Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas	FEDER	Economia e Comércio (pode ser subdividido em setores)	4
	3.2. Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização	FEDER	Economia e Comércio (pode ser subdividido em setores)	4
	3.3. Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços	FEDER	Economia e Comércio (pode ser subdividido em setores)	4
	3.4. Apoio à capacidade das PME de crescerem em mercados regionais, nacionais e internacionais e de empreenderem processos de inovação	FEDER	Economia e Comércio (pode ser subdividido em setores)	4
	Promover uma pesca e uma aquicultura inovadora, competitiva e baseadas no	FEAMP	Economia e Comércio	5

Objetivos Temáticos	Prioridades de Investimento	Fundo	ENM 2013-2020	Intensidade do alinhamento Portugal 2020/ENM 2013-2020 (1 a 5)
	conhecimento, e promoção da comercialização e da transformação		subdividido em setores: Pesca e Indústria do Pescado Aquicultura	
OT 7 - Promover transportes sustentáveis e eliminar estrangulamentos nas redes de infraestruturas	7.1. Apoio ao espaço único europeu de transportes multimodais, mediante o investimento na rede transeuropeia de transportes (RTE-T)	FC	Portos, transportes e logística	4
	7.2. Melhoria da mobilidade regional, com a ligação dos nós secundários e terciários à infraestrutura da RTE-T;	FEDER	Portos, transportes e logística	4
	7.3. Desenvolvimento e melhoria de sistemas de transportes ecológicos e baixo teor de carbono, incluindo as vias navegáveis interiores e o transporte marítimo, os portos e as ligações multimodais	FC/ FEDER (RA)	Portos, transportes e logística	3
OT 8 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores	8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança	FSE	Emprego	4
	Promoção do capital humano	FEAMP	Educação, Ciência e Tecnologia	5
OT 11 - Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública	11.1. Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem	FSE	Governança	4
	11.2. Criação de capacidades para os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local	FSE	Governança	4
Domínio da Inclusão Social e Emprego				
OT 8 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores	8.1. O acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores	FSE	Emprego Distribuição de rendimento e equidade	1
	8.3 Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	FSE	Emprego Distribuição de rendimento e equidade	1
	8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança	FSE	Emprego Distribuição de rendimento e equidade	4
	8.8 Desenvolvimento dos viveiros de empresas e do apoio ao investimento em atividades por conta própria, microempresas e criação de empresas	FEDER	Emprego Distribuição de rendimento e equidade	1
	Aumentar o emprego e a coesão territorial (Gal - pesca)	FEAMP	Emprego Distribuição de rendimento e	5

Objetivos Temáticos	Prioridades de Investimento	Fundo	ENM 2013-2020	Intensidade do alinhamento Portugal 2020/ENM 2013-2020 (1 a 5)
			equidade	
OT 9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	9.6. Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	FSE	Emprego Distribuição de rendimento e equidade	5
	9.8. A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais	FEDER	Emprego Distribuição de rendimento e equidade	2
	9.10 Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	FEDER	Emprego Distribuição de rendimento e equidade	5
Domínio do Capital Humano				
OT 10 - Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida	10.1. Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	FSE	Educação, Ciência e Tecnologia	1
	10.2. Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para grupos desfavorecidos	FSE	Educação, Ciência e Tecnologia	4
	10.3. Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas	FSE	Educação, Ciência e Tecnologia	5
	10.4 - Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem	FSE	Educação, Ciência e Tecnologia	5
	10.5 - Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	FEDER	Educação, Ciência e Tecnologia	3
Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos				
OT 4. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em	4.1. A promoção da produção e distribuição de fontes de energia renováveis	FC/ FEDER (RA)	Recursos Energéticos Marinhos Carbono e energia	5
	4.2. Promoção da eficiência energética e da	FEDER	Recursos	2

Objetivos Temáticos	Prioridades de Investimento	Fundo	ENM 2013-2020	Intensidade do alinhamento Portugal 2020/ENM 2013-2020 (1 a 5)
todos os setores	utilização das energias renováveis nas empresas		Energéticos Marinhos Carbono e energia	
	Contribuir para a atenuação dos efeitos das alterações climáticas - aumentar a eficiência energética	FEAMP	Pesca e Indústria do Pescado Carbono e energia	5
OT 5. Promover a adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos	5.1. Concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	FC/ FEDER (RA)	Oceano, atmosfera e sistema integrado	5
	5.2. Promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes	FC/ FEDER (RA)	Proteção e salvaguarda Obras marítimas - articulação com litoral	5
OT 6. Preservação e proteção do ambiente e promoção da utilização eficiente dos recursos	6.3. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	FEDER	Recreio, Desporto e Turismo	5
	6.4. Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da Rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes	FC/ FEDER	Oceano, atmosfera e sistema integrado	5
	6.5 Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído	FC/ FEDER	Obras marítimas - articulação com litoral	1
	Promover uma pesca e uma aquicultura ambientalmente sustentáveis e eficientes em termos de recursos	FEAMP	Pesca e Indústria do Pescado Aquicultura	5
	Fomentar a execução da PCP	FEAMP	Governança	5
	Fomentar a execução da PMI, nomeadamente através da partilha de informação marítima	FEAMP	Governança	5

Legenda: 5=mais forte; 1=mais fraco

5
4
3
2
1

ANEXO II - Alinhamento entre as Prioridades de Investimento, Fundos da Política de Coesão, e as prioridades do FEAMP, com as prioridades e os objetivos específicos do PEAA

Tabela 11 - Alinhamento entre as Prioridades de Investimento, Fundos da Política de Coesão, e as prioridades do FEAMP, com as prioridades e os objetivos específicos do PEAA

Plano de Ação para o Atlântico		PT2020 + POs Cooperação Territorial
Prioridades	Objetivos específicos	
1 - Promover o empreendedorismo e a inovação	1.1 - Partilhar conhecimentos entre instituições de ensino superior, empresas e centros de investigação	<p>PO Espaço Atlântico (projetos em que Portugal participe) - Prioridade 1 - Promover a Inovação e a competitividade</p> <p>PO financiados pelos Fundos da Política de Coesão: Objetivo Temático 1 (<i>inclui pesca e aquicultura</i>) Prioridade Investimento 1.1 e Prioridade Investimento 1.2</p>
	1.2 - Reforçar a competitividade e as capacidades de inovação na economia marítima da Região Atlântica	<p>PO financiados pelos Fundos da Política de Coesão: Objetivo Temático 8 Prioridade Investimento 8.5, nomeadamente através do OE 8.5.3</p> <p>Objetivo Temático 10 Prioridade Investimento 10.4</p> <p>PO MAR 2020 / FEAMP Objetivo Temático 8 alínea a) do número 1 do artigo 29º (<i>Pesca - Promoção do capital humano, da criação de emprego e do diálogo social</i>) artigo 50º (<i>Aquicultura - Promoção do capital humano e da ligação em rede</i>)</p>
	1.3 - Estimular a adaptação e a diversificação das atividades económicas, promovendo o potencial da Região Atlântica	<p>PO financiados pelos Fundos da Política de Coesão: Objetivo Temático 3 Prioridade Investimento 3.1, 3.2, 3.3, 3.4</p> <p><i>Apoiar a reforma da política comum das pescas e a revitalização do setor da aquicultura da UE</i></p> <p>PO MAR 2020 / FEAMP Objetivo temático 3 artigo 26º (<i>Pesca - Inovação</i>) artigo 47º (<i>Aquicultura - Inovação</i>) artigo 28º (<i>Parcerias entre cientistas e pescadores</i>) artigo 38º (<i>Limitação do impacto da pesca no meio marinho e adaptação da pesca à proteção das espécies</i>) artigo 42º (<i>Valor acrescentado, qualidade dos produtos e utilização das capturas indesejadas</i>) número 2 do artigo 43º (<i>Portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos</i>) alínea f) do número 1 do artigo 48º (<i>Investimentos produtivos na aquicultura</i>)</p>
2 - Proteger, assegurar e desenvolver o potencial do meio marinho e costeiro do Atlântico	2.1 - Melhorar a segurança marítima	<p>PO Espaço Atlântico (projetos em que Portugal participe), Prioridade 3 Fortalecer a resiliência do território face aos riscos de origem natural, climática e humana (Objetivo 3.1 Fortalecer os sistemas de gestão de riscos)</p> <p>PO financiados pelos Fundos da Política de Coesão: Objetivo Temático 5 - Prioridade Investimento 5.2</p> <p>PO MAR 2020 / FEAMP Objetivo Temático 6 alínea a) do número 1 do artigo 80º (<i>PMI - CISE</i>)</p>
	2.2 - Explorar e proteger as águas marinhas e as zonas costeiras	<p>PO Espaço Atlântico (projetos em que Portugal participe), Prioridade 4. Reforçar a biodiversidade e o património natural e cultural, Objetivo 4.1. - Promover a proteção da biodiversidade</p> <p>PO financiados pelos Fundos da Política de Coesão: Objetivo Temático 5 - Prioridade Investimento 5.1 e 5.2 Objetivo Temático 6 - Prioridade Investimento 6.4</p> <p>POR MAR 2020: Objetivo Temático 4 número 1 e 2 do artigo 41º (<i>Eficiência energética e atenuação das alterações climáticas</i>) alínea k) do nº 1 do artigo 48º (<i>Investimentos produtivos na aquicultura/eficiência energética</i>)</p>

Plano de Ação para o Atlântico		PT2020 + POs Cooperação Territorial
Prioridades	Objetivos específicos	
		Objetivo Temático 6 alíneas <i>a</i> , <i>d</i> e <i>e</i> do número 1 do artigo 40º (<i>Proteção e restauração da biodiversidade e dos ecossistemas marinhos e regimes de compensação no quadro de atividades de pesca sustentáveis (Rede Natura 2000 e MPA)</i>); artigo 51.º (<i>Aumento do potencial dos sítios aquícolas</i>) alínea <i>c</i> do número 1 do artigo 80º (<i>DQEM</i>)
	2.3 - Gerir os recursos marinhos de forma sustentável	PO Espaço Atlântico (projetos em que Portugal participe), Prioridade 2 - Promover a eficiência dos recursos (Objetivo 2.1 - Promover a energia renovável e a eficiência energética e Objetivo 2.2 - Promover o crescimento verde, aecoinovação e a eficiência ambiental) PO financiados pelos Fundos da Política de Coesão: Objetivo Temático 4 - Prioridade Investimento 4.1
	2.4 - Explorar o potencial do meio marinho e costeiro da Região Atlântica em matéria de energias renováveis	PO financiados pelos Fundos da Política de Coesão: Objetivo Temático 4 - Prioridade Investimento 4.1
3 - Melhorar a acessibilidade e a conectividade	3.1 - Promover a cooperação entre portos	PO financiados pelos Fundos da Política de Coesão: Objetivo Temático 7 Prioridade Investimento 7.1 (Apoio ao espaço único europeu de transportes multimodais, mediante o investimento na rede transeuropeia de transportes (RTE-T)) e Prioridade Investimento 7.3 (Desenvolvimento e a melhoria de sistemas de transportes ecológicos e baixo teor de carbono, incluindo as vias navegáveis interiores e o transporte marítimo, os portos e as ligações multimodais)
4 - Criar um modelo de desenvolvimento regional sustentável e socialmente inclusivo	4.1 - Promover um melhor conhecimento dos desafios sociais na Região Atlântica	
	4.2 - Preservar e promover o património cultural do Atlântico	PO Espaço Atlântico (projetos em que Portugal participe), Prioridade 4 - Reforçar a biodiversidade e o património natural e cultural, Objetivo 4.2 Valorizar os ativos e património natural e cultural para estimular o desenvolvimento económico PO financiados pelos Fundos da Política de Coesão: Objetivo Temático 6 Prioridade Investimento 6.3 (Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural) Objetivo Temático 9 Prioridade Investimento 9.6 e 9.10 (DLBC) POR MAR 2020: Objetivo temático 8 alíneas <i>b</i> e <i>c</i> do número 1 do artigo 62º (<i>Apoio do FEAMP ao desenvolvimento local de base comunitária</i>)

ANEXO III - Indicadores económicos - Economia do mar

Tabela 12 - Indicadores económicos - Economia do mar Evolução 2010-2013

Anexo I - Indicadores Económicos - Economia do Mar Evolução 2010-2013																			
	Produção preços correntes (Milhões de Euros)				Peso da Produção da Ec. do Mar na Produção Nacional (%)				Valor acrescentado bruto (VAB), a preços correntes (Milhões de Euros)				Peso do VAB da Ec. do Mar no VAB Nacional (%)		Emprego (Milhares de Empregados ETC)			Peso do Emprego na Ec. Do Mar no Emprego nacional (%)	
	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2013	
Total da Economia Nacional	328.474,5	326.819,4	309.436,6	307.861,2					158.325,9	154.242,8	147.361,6	149.768,4		4.644.624	4.527.650	4.285.672	4.178.797		
Economia do Mar	11279,6	11682,9	11701	11654,2	3,4%	3,4%	3,8%	3,8%	4.615,8	4.698,9	4.688,8	4.714,7	2,9%	162.901	161.694	161.164	157.286	3,5%	3,8%
1. Pesca, aquicultura, transformação e comercialização dos seus produtos	3.163,9	3.375,3	3.408,8	3.438,8	1,0%	1,0%	1,1%	1,1%	1.176,3	1.200,4	1.212,7	1.223,4	0,7%	61.670	62.200	63.389	62.395	1,3%	1,5%
2. Recursos marinhos não vivos	209,2	266,7	236,2	105,1	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	50,2	66,3	55,6	24,7	0,0%	2.419	2.740	2.442	1.729	0,1%	0,0%
3. Portos, transportes e logística	2.277,8	2.509,4	2.567,9	2.644,2	0,7%	0,7%	0,9%	0,9%	571,8	667,3	722,2	743,6	0,4%	14.575	15.173	15.501	15.096	0,3%	0,4%
4. Recreio, desporto, cultura e turismo	3.240,9	3.287,4	3.359,3	3.460,3	1,0%	1,0%	1,1%	1,1%	1.617,6	1.662,2	1.654,7	1.704,4	1,0%	46.201	46.803	45.396	45.401	1,0%	1,1%
5. Construção, manutenção e reparação navais	371,1	321,6	310,4	302,3	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	127,7	114,6	118,1	115,1	0,1%	5.077	4.276	4.134	4.129	0,1%	0,1%
6. Equipamento marítimo	561,7	577,8	517,2	509,2	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	183,4	161,2	141,7	139,5	0,1%	9.938	9.614	8.344	8.216	0,2%	0,2%
7. Infraestruturas e obras marítimas	286,4	266,9	329,5	207,9	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	71,0	60,8	78,4	49,5	0,0%	3.033	2.673	3.426	2.267	0,1%	0,1%
8. Serviços marítimos	1.139,4	1.050,6	966,8	963,7	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	800,5	762,6	702,5	700,2	0,5%	19.955	18.110	18.495	17.998	0,4%	0,4%
9. Novos usos e recursos do mar	9,2	7,3	4,8	22,8	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	7,1	3,6	3,1	14,4	0,0%	132	105	59	56	0,0%	0,0%

Fonte: INE, CSM

ANEXO IV - Resultados dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento no Mar

Tabela 13 - Quadro síntese das operações com Mar aprovadas em 2016

Programa	Candidaturas aprovadas MAR					
	Nº	Investimento / custo total	Investimento / custo elegível	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Investimento / custo médio por candidatura
		M€	M€	M€	%	
Portugal 2020						
FEDER	455	255,5	236,9	145,5	46,3	0,6
FSE	169	89,8	89,8	80,8	25,7	0,5
FC	49	104,6	101,8	86,5	27,5	2,1
FEAMP	6	1,7	1,7	1,7	0,5	0,3
Total	679	451,6	430,2	314,5	100,0	3,5
Portugal 2020 (sem turismo nas zonas costeiras)						
FEDER	263	168,0	159,3	100,8	37,4	0,6
FSE	167	89,7	89,7	80,7	29,9	0,5
FC	49	104,6	101,8	86,5	32,1	2,1
FEAMP	6	1,7	1,7	1,7	0,6	0,3
Total	485	364,0	352,5	269,7	100	3,6

Fonte: Dados fornecidos pelos Programas Operacionais

Tabela 14 - Total das Operações Mar aprovadas em 2016 por Programa Operacional

Programa	Candidaturas aprovadas MAR					
	Nº	Investimento / custo total	Investimento / custo elegível	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Investimento / custo médio por candidatura
		M€	M€	M€	%	
PO Temáticos						
PO Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020)	87	123,1	115,6	78,1	24,8	1,4
PO Inclusão Social e Emprego	0	0	0	0	0,0	na
PO Capital Humano	145	69,9	69,9	69,9	22,2	0,5
PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos	47	81,2	78,5	66,7	21,2	1,7
PO Regionais do Continente						
PO Norte*	23	22,3	22,2	16,9	5,4	1,0
PO Centro	20	4,2	4,1	2,5	0,8	0,2
PO Alentejo	5	1,3	1,3	0,8	0,3	0,3
PO Lisboa	41	30,8	30,3	13,7	4,4	0,8
PO Algarve	43	32,0	25,2	15,8	5,0	0,7
PO Regiões Autónomas						
PO Açores	250	77,6	74,3	43,9	13,9	0,3
PO Madeira	12	7,4	7,1	4,5	1,4	0,6
PO Nacional						
PO Mar 2020	6	1,7	1,7	1,7	0,5	0,3

* Em avaliação

Fonte: Dados fornecidos pelos Programas Operacionais

Tabela 15 - Total das operações Mar aprovadas em 2016 por Objetivo Temático

Objetivo temático	Candidaturas aprovadas MAR					
	Nº	Investimento / custo total	Investimento / custo elegível	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Investimento / custo médio por candidatura
		M€	MME	M€	%	
01 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	113	87,3	85,3	55,0	17,5	0,8
02 - Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade	2	0,4	0,3	0,2	0,1	0,2
03 - Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas	324	160,9	144,4	84,5	26,9	0,5
04 - Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores	1	0,4	0,4	0,3	0,1	0,4
05 - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	55	80,5	77,9	66,2	21,0	1,5
06 - Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência energética	12	8,7	8,7	7,6	2,4	0,7
07 - Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas	3	23,5	23,5	20,0	6,4	7,8
08 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade laboral	17	16,1	16,1	8,1	2,6	0,9
10 - Investir na educação, na formação e na formação profissional para aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida	152	73,7	73,7	72,6	23,1	0,5

Fonte: Dados fornecidos pelos Programas Operacionais

Tabela 16 - Operações Mar aprovadas em 2016 por Objetivo Temático, sem turismo costeiro

Objetivo temático (sem turismo em zonas costeiras)	Candidaturas aprovadas MAR					
	Nº	Investimento / custo total	Investimento / custo elegível	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Investimento / custo médio por candidatura
		M€	M€	M€	%	
01 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	113	87,3	85,3	55,0	24,2	0,8
02 - Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade	2	0,4	0,3	0,2	0,1	0,2
03 - Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas	132	73,4	66,7	39,8	18,9	0,6
04 - Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores	1	0,4	0,4	0,3	0,1	0,4
05 - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	55	80,5	77,9	66,2	22,1	1,5
06 - Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência energética	12	8,7	8,7	7,6	2,5	0,7
07 - Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas	3	23,5	23,5	20,0	6,7	7,8
08 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade laboral	15	16,0	16,0	8,1	4,5	1,1
10 - Investir na educação, na formação e na formação profissional para aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida	152	73,7	73,7	72,6	20,9	0,5

Fonte: Dados fornecidos pelos Programas Operacionais

Tabela 17 - Total das operações Mar aprovadas em 2016 por Sector económico ou área de investimento na economia do mar

Sector económico ou área de investimento na economia do mar	Candidaturas aprovadas MAR					
	Nº	Investimento / custo total	Investimento / custo elegível	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Investimento / custo médio por candidatura
		M€	M€	M€	%	
1.1 Pesca e comercialização dos seus produtos	13	1,1	1,0	0,5	0,2	0,1
1.2 Aquicultura	3	1,1	1,0	0,4	0,1	0,4
1.3 Transformação dos produtos da pesca	0	0	0	0	0,0	na
2.1 Recursos minerais marinhos	0	0	0	0	0,0	na
2.2 Salicultura	2	0,3	0,2	0,1	0,0	0,1
2.3 Energias renováveis	2	0,4	0,4	0,3	0,1	0,2
2.4 Outras fontes de energias	1	0,02	0,02	0,01	0,0	0,02
3. Portos, transportes e logística	13	38,9	38,3	29,1	9,2	3,0
4.2 Alojamento, restauração, agências turismo	194	87,6	77,8	44,8	14,2	0,5
4.1 Recreio, desporto, cultura e marítimo-turísticas	76	26,7	25,0	15,4	4,9	0,4
5. Construção, manutenção e reparação naval	11	2,2	2,1	1,0	0,3	0,2
6. Equipamento marítimo	12	11,0	9,6	5,3	1,7	0,9
7.1 Requalificação do litoral	44	73,8	71,7	60,9	19,4	1,7
7.2 Outras infraestruturas e obras marítimas	0	0	0	0	0,0	na
8.1 I&D&I	113	87,3	85,3	55,0	17,5	0,8
8.2 Proteção ambiental e alterações climáticas	20	14,7	14,1	12,1	3,8	0,7
8.3 Ensino, formação profissional, estágios e apoio à contratação	158	89,3	89,2	80,4	25,6	0,6
8.4 Outros serviços marítimos	15	16,2	13,4	8,8	2,8	1,1
9. Novos usos e recursos do mar	2	0,991	1,0	0,4	0,1	0,5

Fonte: Dados fornecidos pelos Programas Operacionais

Tabela 18 - Operações Mar aprovadas em 2016 no turismo costeiro

Turismo costeiro (4.2 Alojamento, restauração, agências turismo)	Candidaturas aprovadas MAR					
	Nº	Investimento / custo total	Investimento / custo elegível	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Investimento / custo médio por candidatura
		M€	M€	M€	%	
FEDER	192	87,5	77,7	44,7	99,9	0,5
FSE	2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,05
FC	0	0	0	0	0	
FEAMP	0	0	0	0	0	

Fonte: Dados fornecidos pelos Programas Operacionais

ANEXO V - Realizações contratualizadas nas candidaturas Mar apoiadas pelo Portugal 2020

Tabela 19 - Realizações contratualizados pelos Programas Operacionais no conjunto de candidaturas Mar aprovadas até 31 de dezembro de 2016

Nome do Indicador	Tipo de indicador	Fonte de dados	Unidade de medida	Fundo	PO	Quantificação do indicador (contratualizado) (total)
Projetos de I&D apoiados	Realização	SI FEEI	Nº	FEDER	COMPETE, NORTE, CENTRO, MADEIRA 14-20, AÇORES 2020	53
Infraestruturas de investigação apoiadas	Realização	SI FEEI	Nº	FEDER	NORTE, CENTRO, MADEIRA 14-20	4
Investigadores a trabalhar em infraestruturas de investigação melhoradas	Realização	SI FEEI	ETI	FEDER	NORTE, MADEIRA 14-20, AÇORES 2020	58
Projetos de transferência e utilização de conhecimento	Realização	SI FEEI	Nº	FEDER	MADEIRA 14-20	3
Empresas em cooperação com instituições de investigação	Realização	SI FEEI	Nº	FEDER	COMPETE, CENTRO, ALGARVE	27
Empresas apoiadas para introduzirem produtos novos no mercado	Realização	SI FEEI	Nº	FEDER	COMPETE, NORTE, CENTRO, MADEIRA 14-20	4
Empresas que beneficiam de apoio	Realização	SI FEEI	Nº	FEDER	COMPETE, NORTE, CENTRO, MADEIRA 14-20, ALGARVE	37
Aumento do emprego em empresas apoiadas	Realização	SI FEEI	ETI	FEDER	COMPETE, NORTE	216
Serviços da Administração Pública apoiados	Realização	SI FEEI	Nº	FEDER	COMPETE, MADEIRA 14-20	3
Novas empresas apoiadas	Realização	SI FEEI	Nº	FEDER	CENTRO, MADEIRA 14-20, ALENTEJO, ALGARVE, AÇORES 2020	136
Empresas que beneficiam de apoio	Realização	SI FEEI	Nº	FEDER	CENTRO, MADEIRA 14-20, ALENTEJO, ALGARVE, AÇORES 2020	138
Aumento do emprego em empresas apoiadas	Realização	SI FEEI	Nº	FEDER	CENTRO, MADEIRA 14-20, ALENTEJO, AÇORES 2020	254
Projetos de promoção turística	Realização	SI FEEI	Nº	FEDER	ALGARVE	14
Empresas que beneficiam de apoio	Realização	SI FEEI	Nº	FEDER	COMPETE, NORTE, CENTRO, MADEIRA 14-20, ALENTEJO	20
Aumento do emprego em empresas apoiadas	Realização	SI FEEI	ETI	FEDER	COMPETE, NORTE, CENTRO, MADEIRA 14-20, ALENTEJO	44
Empresas apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa	Realização	SI FEEI	Nº	FEDER	COMPETE, NORTE, MADEIRA 14-20, ALGARVE	27
Empresas que beneficiam de apoio	Realização	SI FEEI	Nº	FEDER	COMPETE, NORTE, CENTRO, MADEIRA 14-20, ALENTEJO, ALGARVE, AÇORES 2020	42
Aumento do emprego em empresas apoiadas	Realização	SI FEEI	ETI	FEDER	COMPETE, NORTE, CENTRO, MADEIRA 14-20, AÇORES 2020	139
Empresas que beneficiam de apoio	Realização	SI FEEI	Nº	FEDER	AÇORES 2020	95
Aumento do emprego em empresas apoiadas	Realização	SI FEEI	ETI	FEDER	AÇORES 2020	245
Número de projetos no domínio da promoção do capital humano e do diálogo social, diversificação e novas formas de rendimento, apoio ao arranque de atividade/criação de empresas para pescadores e saúde/segurança	Realização	SI FEEI	Nº	FEAMP		0
Número de projetos no domínio do valor acrescentado, qualidade, utilização das capturas indesejadas e portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos	Realização	SI FEEI	Nº	FEAMP		0
Número de projetos no domínio da proteção e restauração da biodiversidade e dos ecossistemas marinhos	Realização	SI FEEI	Nº	FEAMP		0
Número de projetos no domínio da inovação, dos serviços de aconselhamento e das parcerias com cientistas	Realização	SI FEEI	Nº	FEAMP		0
Número de projetos em matéria de inovação, serviços de aconselhamento	Realização	SI FEEI	Nº	FEAMP		0
Número de projetos no domínio dos investimentos produtivos na aquicultura	Realização	SI FEEI	Nº	FEAMP		0
Número de projetos no domínio do aumento do potencial dos sítios aquícolas e medidas relativas à saúde pública e animal	Realização	SI FEEI	Nº	FEAMP		0
Número de projetos no domínio das medidas de comercialização e ajuda ao armazenamento	Realização	SI FEEI	Nº	FEAMP		0
Número de projetos no domínio do tratamento dos resíduos	Realização	SI FEEI	Nº	FEAMP		0
Número de organizações de produtores ou associações de organizações de produtores que beneficiam de apoio para planos de produção e comercialização	Realização	SI FEEI	Nº	FEAMP		0
Portos não RTE -T intervencionados	Realização	SI FEEI	Nº	FC/FEDER	COMPETE	2
Navios adquiridos	Realização	SI FEEI	Nº	FC/FEDER (RA)		0
Pessoal altamente qualificado contratado por empresas apoiadas	Realização	SI FEEI	Nº	FSE	CENTRO	3
Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial	Realização	SI FEEI	Nº	FSE	NORTE, CENTRO	204
PME apoiadas em programas de formação - ação	Realização	SI FEEI	Nº	FSE		0
Número de projetos no domínio da promoção do capital humano da aquicultura em geral e novos aquicultores	Realização	SI FEEI	Nº	FEAMP		0
Número de projetos no domínio da promoção do capital humano e do diálogo social, diversificação e novas formas de rendimento, apoio ao arranque de atividade/criação de empresas para pescadores e saúde/segurança	Realização	SI FEEI	Nº	FEAMP		0

Trabalhadores em funções públicas apoiados em ações de formação direcionadas para a reorganização e modernização	Realização	SI FEEI	Nº	FSE		0
Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	Realização	SI FEEI	Nº	FSE		0
Participantes desempregados, incluindo DLD, na formação	Realização	SI FEEI	Nº	FSE		0
Empresas que beneficiam de apoio	Realização	SI FEEI	Nº	FEDER		0
Aumento do emprego em empresas apoiadas	Realização	SI FEEI	ETI	FEDER		0
Número de projetos de cooperação	Realização	SI FEEI	Nº	FEAMP		0
Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	Realização	SI FEEI	Nº	FEDER		0
Estratégias DLBC apoiadas	Realização	SI FEEI	Nº	FEDER		0
Estudantes apoiados pela ação social no ensino superior nos níveis ISCED 5, 6 e 7	Realização	SI FEEI	%	FSE		0
Estudantes apoiados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais de nível ISCED 5	Realização	SI FEEI	Nº	FSE		0
Bolseiros de doutoramento apoiados	Realização	SI FEEI	Nº	FSE	PO CH, NORTE, MADEIRA 14-20	702
Adultos apoiados em cursos de formação de certificação escolar e/ou profissional	Realização	SI FEEI	Nº	FSE	PO CH	1.301
Pessoas apoiadas nos cursos de aprendizagem de dupla certificação de nível ISCED 3	Realização	SI FEEI	Nº	FSE	PO CH	1.481
Jovens apoiados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3	Realização	SI FEEI	Nº	FSE	PO CH, AÇORES 2020	4.313
Jovens apoiados em cursos de nível ISCED 4 (CET)	Realização	SI FEEI	Nº	FSE		0
Capacidade suplementar de produção de energia renovável	Realização	SI FEEI	MW	FC/FEDER (RA)		0
Diminuição anual estimada das emissões de gases com efeito de estufa	Realização	SI FEEI	Toneladas de CO2 equivalente	FC/ FEDER		0
Número de projetos no domínio da eficiência energética e atenuação das alterações climáticas	Realização	SI FEEI	Nº	FEAMP		0
Número de projetos no domínio da substituição ou modernização de motores	Realização	SI FEEI	Nº	FEAMP		0
Número de projetos no domínio dos investimentos produtivos na aquicultura	Realização	SI FEEI	Nº	FEAMP		0
Instrumentos de planeamento e gestão elaborados, avaliados ou revistos	Realização	SI FEEI	Nº	FC	PO SEUR	27
Estudos, Cartografia e outros documentos de informação e conhecimento produzidos	Realização	SI FEEI	Nº	FC		0
Sistemas de Informação, Modelação e Censuração, Previsão e Alerta desenvolvidos ou modernizados	Realização	SI FEEI	Nº	FC	PO SEUR	1
Equipamentos integrados em Sistemas de Informação Desenvolvidos ou Modernizados	Realização	SI FEEI	Nº	FC	PO SEUR	1
Extensão da faixa costeira intervencionada para proteção de pessoas e bens	Realização	SI FEEI	Km	FC/FEDER (RA)	PO SEUR, AÇORES 2020	47,89
Sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos/implementados e reestruturados/modernizados	Realização	SI FEEI	Nº	FC	PO SEUR	1
Equipamentos integrados em sistemas de informação e monitorização desenvolvidos/implementados	Realização	SI FEEI	Nº	FC	PO SEUR	3
Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	Realização	SI FEEI	Visitantes/ano	FC / FEDER		0
Superfície do território de Sítios de Importância Comunitária (SIC - RN 2000) abrangida por cartografia de valores naturais protegidos	Realização	SI FEEI	Hectares	FC/FEDER		0
Superfície do território dos Açores abrangida por cartografia de valores naturais (incluindo o estado de conservação das espécies e habitats)	Realização	SI FEEI	Hectares	FC/FEDER (RA)		0
Superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação	Realização	SI FEEI	Hectares	FC/FEDER (RA)	AÇORES 2020	12.622
Instrumentos de planeamento e gestão elaborados, avaliados ou revistos	Realização	SI FEEI	Nº	FC		0
Sistemas de Informação e Monitorização e Portais Eletrónicos desenvolvidos ou modernizados	Realização	SI FEEI	Nº	FC	PO SEUR	3
Número de projetos no domínio das medidas de conservação, redução do impacto da pesca no ambiente e adaptação da pesca à proteção das espécies	Realização	SI FEEI	Nº	FEAMP		0
Número de projetos no domínio da proteção e restauração da biodiversidade e dos ecossistemas marinhos	Realização	SI FEEI	Nº	FEAMP		0
Número de projetos no domínio do valor acrescentado, qualidade, utilização das capturas indesejadas e portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos	Realização	SI FEEI	Nº	FEAMP	MAR 2020	6
Número de projetos no domínio dos investimentos produtivos na aquicultura	Realização	SI FEEI	Nº	FEAMP		0
Número de projetos no domínio do aumento do potencial dos sítios aquícolas e medidas relativas à saúde pública e animal	Realização	SI FEEI	Nº	FEAMP		0
Número de projetos no domínio da limitação do impacto da aquicultura no meio marinho (ecogestão, regimes de auditoria, serviços ambientais ligados à aquicultura biológica)	Realização	SI FEEI	Nº	FEAMP		0
Número de projetos no domínio do apoio da recolha, gestão e utilização de dados	Realização	SI FEEI	Nº	FEAMP		0
Número de projetos no domínio da execução do regime de controlo, inspeção e execução da União	Realização	SI FEEI	Nº	FEAMP		0
Número de projetos no domínio da integração da vigilância marítima	Realização	SI FEEI	Nº	FEAMP		0
Número de projetos no domínio da proteção do meio marinho e melhoria do conhecimento nessa matéria	Realização	SI FEEI	Nº	FEAMP		0

Fonte: Dados fornecidos pelos Programas Operacionais

ANEXO VI - Contributo do Portugal 2020 para o PAA (EMUEAA)

Tabela 20 - Contributo do Portugal 2020 para o PAA (EMUEAA), com turismo costeiro

Estratégia do Atlântico	Operações aprovadas MAR					
	Nº	Investimento / custo total	Investimento / custo elegível	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Investimento / custo médio por operação
		M€	M€	M€	%	
Prioridades						
1 - Promover o empreendedorismo e a inovação	594	319,4	301,0	211,3	87,0	0,5
2 - Proteger, assegurar e desenvolver o potencial do meio marinho e costeiro do Atlântico	20	13,9	13,7	11,7	4,8	0,7
3 - Melhorar a acessibilidade e a conectividade	3	23,5	23,5	20,0	8,2	7,8
4 - Criar um modelo de desenvolvimento regional sustentável e socialmente inclusivo	0	0	0	0	0	na
Total contributo para Estratégia do Atlântico €	617	356,8	338,3	243,0	100	
Total contributo para a Estratégia do Atlântico % do total Mar	90,9	79,0	78,6	77,3		
Objetivos específicos						
1.1 - Partilhar conhecimentos entre instituições de ensino superior, empresas e centros de investigação	111	86,7	84,7	54,4	22,4	0,8
1.2 - Reforçar a competitividade e as capacidades de inovação na economia marítima da Região Atlântica	162	73,3	73,3	72,0	29,6	0,5
1.3 - Estimular a adaptação e a diversificação das atividades económicas, promovendo o potencial da Região Atlântica	321	159,3	143,0	84,9	35,0	0,5
2.1 - Melhorar a segurança marítima	11	2,3	2,3	2,0	0,8	0,2
2.2 - Explorar e proteger as águas marinhas e as zonas costeiras	8	11,2	11,0	9,4	3,9	1,4
2.4 - Explorar o potencial do meio marinho e costeiro da Região Atlântica em matéria de energias renováveis	1	0,4	0,4	0,3	0,1	0,4
3.1 - Promover a cooperação entre portos	3	23,5	23,5	20,0	8,2	7,8
4.1 - Promover um melhor conhecimento dos desafios sociais na Região Atlântica	0	0	0	0	0	na
4.2 - Preservar e promover o património cultural do Atlântico	0	0	0	0	0	na

Fonte: Dados fornecidos pelos Programas Operacionais

Tabela 21 - Contributo do Portugal 2020 para o PAA (EMUEAA), sem turismo costeiro

Estratégia do Atlântico (sem turismo costeiro)	Operações aprovadas MAR					
	Nº	Investimento / custo total	Investimento / custo elegível	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Investimento / custo médio por operação
		M€	M€	M€	%	
Prioridades						
<i>1 - Promover o empreendedorismo e a inovação</i>	400	231,8	223,3	166,5	84,0	0,6
<i>2 - Proteger, assegurar e desenvolver o potencial do meio marinho e costeiro do Atlântico</i>	20	13,9	13,7	11,7	5,9	0,7
<i>3 - Melhorar a acessibilidade e a conectividade</i>	3	23,5	23,5	20,0	10,1	7,8
<i>4 - Criar um modelo de desenvolvimento regional sustentável e socialmente inclusivo</i>	0	0	0	0	0,0	na
Total contributo para Estratégia do Atlântico €	423	269,3	260,5	198,2	100	
Total contributo para a Estratégia do Atlântico % do total Mar	87,2	74,0	73,9	73,5		
Objetivos específicos						
<i>1.1 - Partilhar conhecimentos entre instituições de ensino superior, empresas e centros de investigação</i>	111	86,7	84,7	54,4	27,4	0,8
<i>1.2 - Reforçar a competitividade e as capacidades de inovação na economia marítima da Região Atlântica</i>	160	73,2	73,2	71,9	36,3	0,5
<i>1.3 - Estimular a adaptação e a diversificação das atividades económicas, promovendo o potencial da Região Atlântica</i>	129	71,9	65,4	40,2	20,3	0,6
<i>2.1 - Melhorar a segurança marítima</i>	11	2,3	2,3	2,0	1,0	0,2
<i>2.2 - Explorar e proteger as águas marinhas e as zonas costeiras</i>	8	11,2	11,0	9,4	4,7	1,4
<i>2.4 - Explorar o potencial do meio marinho e costeiro da Região Atlântica em matéria de energias renováveis</i>	1	0,4	0,4	0,3	0,2	0,4
<i>3.1 - Promover a cooperação entre portos</i>	3	23,5	23,5	20,0	10,1	7,8
<i>4.1 - Promover um melhor conhecimento dos desafios sociais na Região Atlântica</i>	0	0	0	0	0,0	na
<i>4.2 - Preservar e promover o património cultural do Atlântico</i>	0	0	0	0	0,0	na

Fonte: Dados fornecidos pelos Programas Operacionais

Monitorização do ITI Mar 2016

Monitorização Integrada da utilização dos Fundos Europeus
Estruturais e de Investimento no Mar

